



# PROCESSO DIGITALIZADO

Processo: TC - 7649/2011  
Assunto: Recurso de Reconsideração  
Interessado: Mateus Vasconcelos

TC 7649/11  
FLS. 01  
9

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO PRESIDENTE  
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO  
SANTO.

DISTRIBUIÇÃO POR APENSO AO PROCESSO TC 2629/2010  
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO DE 2009

**MATEUS VASCONCELOS**, já devidamente  
qualificado e individualizado nos presentes  
autos, referente a Prestação de Contas  
Executivo Municipal de Pedro Canário,  
referente ao exercício financeiro de 2009,  
inconformado e irresignado com o parecer  
prévio TC 039/2011, vem, com o devido  
respeito e acatamento à ilustre e soberana  
presença de Vossa Excelência,  
tempestivamente, interpor o presente

**RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO**

TC ~~7649/11~~  
FLS. ~~009/02~~

Pelos motivos fáticos e de direito a seguir arrazoados:

A *priori*, Eminentíssimo Conselheiro Relator, reconhecidamente tem que se homenagear Vossa Excelência, por se tratar de uma das grandes figuras judicantes nesta Egrégia Corte de Contas, de grande respeito, a par de sua extraordinária cultura jurídica e elevado senso de Justiça. Por outro lado, há de ser reformulado o respeitável parecer prévio TC 39/2011 ora guerreado, recomendando-se ao Legislativo Municipal de Pedro Canário, a APROVAÇÃO das contas, referente ao exercício financeiro de 2009, senão veja-se:

Antes, porém, sabe-se com meridiana clareza, que a Lei Orgânica deste Tribunal admite a interposição do presente expediente recursal, doravante denominado recurso de reconsideração, em petição fundamentada, o que faz através desta via hostilizada, refiro-me ao efeito suspensivo e translativo, devolvendo ao conhecimento deste Egrégio Sodalício toda a matéria aqui delineada, fato esse, por si só, a demonstrar inequivocamente, que a questão referente ao parecer prévio TC 39/2011, encontra-se sub judice até novo pronunciamento, em razão do

TC 7649/11  
FLS. 03

efeito devolutivo e suspensivo toda evidência existente.

E mais, existem atos novos, até então supervenientes, consoante documentos anexados, a evidenciar que este Tribunal fora induzido a erro na prova documental anteriormente constituída.

Como senão bastasse, ainda que não houvesse o preenchimento dos requisitos números clausulus, o direito aqui postulado, trata-se de uma garantia constitucional, refiro-me ao direito de petição, inserto no art. 5 da Constituição Federal, não podendo ninguém, absolutamente ninguém, se sobrepor as Leis deste País, quanto mais a preceitos constitucionais, sob as penas da Lei.

O alegado na prestação de contas anual, seria cômico senão fosse trágico, tratando-se, portanto, com todo respeito, de mera balela jurídica, desprovida de qualquer base empírica.

Isto porque, não há qualquer irregularidade nos presentes autos, porque os pagamentos foram feitos, tomando-se por base as medições procedidas pelo funcionário responsável, o que por si só, demonstra a

TC 7649/11  
FLS. 04  
9

inexistência de qualquer irregularidade por mim cometido no exercício, à época, das minhas funções.

Inexiste, pois, qualquer irregularidade no presente feito, e se esse não for o entendimento, há de ser observado (e isso não é mera faculdade), o comando expresso contido no **art. 59, inciso II** da Lei Complementar Estadual n.º 32/93, *in verbis*:

**"Art. 59. As contas serão julgadas:**

(...)

**II - REGULARES COM RESSALVA** quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falha de natureza formal, ou ainda a prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antie econômico que não seja de natureza grave e que não apresente injustificado dando ao erário."

É o caso dos autos, tomando-se por base a DEFESA APRESENTADA NOS AUTOS DO APENSO TC 4636/2010 E TC 4644/2010. O bem da verdade, é que se o legislador estadual, adotando a logística do direito processual contemporâneo, estipulou a qualquer

impropriedade e/ou falha de natureza formal, esse respeitável órgão julgador, deverá observar o comando expresse suso referenciado, no sentido de considerar se considerar como ressalva o apontado pela área técnica.

### **DOS PEDIDOS**

À luz do exposto, confiando na sensibilidade jurídica e experiência profissional que notabiliza Vossa Excelência, requer que seja recomendado a APROVAÇÃO das contas apresentadas, dando ao recorrente a devida quitação.

Outrossim, em hipótese remota, em assim Vossa Excelência não entendendo, o que se admite apenas para argumentar, que sejam as presentes contas julgadas **REGULARES COM RESSALVAS**, tomando-se por base o inciso II do citado art. 59 da Lei Complementar n.º 32/93, posto que, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falha de natureza formal, ou ainda a prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico que não seja de natureza grave a que não represente injustificado dano ao erário, esse é o

TC 7649/11  
FLS. 06  
9

caminho a ser dado, pelos motivos acima alinhados.

E ainda, a teor do comando expresso contido no **art. 35** do Regimento Interno deste Egrégio Sodalício, requer **a concessão da defesa oral**, sob pena de cerceamento de defesa, princípio esse, como de sabença acadêmica, de natureza constitucional.

Termos em que, pede deferimento.

Pedro Canário, 05 de dezembro de 2011.

  
**MATEUS VASCONCELOS**

TC 2629/2010  
FLS. 07  
9★ **PARECER PRÉVIO TC-039/2011**★ **PROCESSO** - TC-2629/2010 (APENSOS: TC-4636/2010 e TC-4644/2010)**INTERESSADO** - PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO★ **ASSUNTO** - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO DE 2009**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO DE  
2009 - PREFEITO: MATEUS VASCONCELOS -  
CONTAS IRREGULARES - PARECER PELA  
REJEIÇÃO.**

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-2629/2010, em que é analisada a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, referente ao exercício de 2009, sob a responsabilidade do Prefeito, Sr. Mateus Vasconcelos.

Considerando que é da competência deste Tribunal apreciar as contas prestadas pelos Prefeitos Municipais, conforme artigo 71, inciso II, da Constituição Estadual;

Considerando que, na emissão do Parecer Prévio, não serão apreciados os atos de gestão do responsável pelo Executivo Municipal, sendo estes examinados em processo apartado, nos termos do artigo 126, §6º, da Resolução TC nº 182/2002, com redação dada pela Instrução Normativa nº 002, publicada no Diário Oficial deste Estado no dia 08/02/2008;

Considerando que a 6ª Controladoria Técnica opinou pela emissão de Parecer Prévio recomendando a Rejeição das contas;



Considerando que a Procuradoria Especial de Contas opinou no mesmo sentido;

**RESOLVEM** os Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão realizada no dia vinte e nove de março de dois mil e onze, à unanimidade, acolhendo o voto do Relator, Conselheiro Marcos Miranda Madureira, recomendar ao Legislativo Municipal a **Rejeição** da Prestação de Contas sob a responsabilidade do Sr. Mateus Vasconcelos, Prefeito Municipal de Pedro Canário no exercício de 2009, nos termos do artigo 71, inciso II, da Constituição Estadual, c/c o artigo 78, *caput*, da Lei Complementar nº 32/93 e artigo 126, *caput*, da Resolução TC nº 182/2002, tendo em vista os seguintes procedimentos irregulares:

1. Divergência na composição patrimonial da conta de Bens móveis no valor de R\$ 23.400,00 - infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64;
2. Divergência na composição patrimonial da conta de Depósitos no valor de R\$ 1.268.453,67 - infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64.

Dispõe o Sr. Mateus Vasconcelos do prazo de 30 (trinta) dias, contados na forma estabelecida pela Lei Orgânica deste Tribunal, para interposição de recurso, nos termos do artigo 80 do referido diploma legal, c/c o artigo 129 da Resolução TC nº 182/02;

Acompanham este Parecer, integrando-o, a Instrução Técnica Conclusiva nº 1153/2011, da 6ª Controladoria Técnica, o Parecer nº 1635/2011, da Procuradoria Especial de Contas, e o voto do Relator.

Presentes à sessão plenária da apreciação os Srs. Conselheiros Umberto Messias de Souza, Presidente, Marcos Miranda Madureira, Relator, Elcy de Souza, Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, José Antônio Almeida Pimentel e o Conselheiro em substituição Marco Antonio da

PARECER PRÉVIO TC-039/2011

Fis. \_\_\_\_\_  
hs/rj/sj

Silva. Presente, ainda, o Dr. Domingos Augusto Taufner, Procurador-Geral do Ministério Público Especial de Contas.

Sala das Sessões, 29 de março de 2011.

TC 7648/11  
FLS. 09  
7

AUSÊNCIA JUSTIFICADA POR MOTIVO DE LICENÇA MÉDICA  
CONSELHEIRO UMBERTO MESSIAS DE SOUZA

**Presidente**

  
CONSELHEIRO MARCOS MIRANDA MADUREIRA

**Relator**

  
CONSELHEIRO ELCY DE SOUZA

  
CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANDA DE MACEDO

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOU DIB FERREIRA PINTO


AUSÊNCIA JUSTIFICADA POR MOTIVO DE FÉRIAS  
CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA PIMENTEL


PARECER PRÉVIO TC-039/2011

Fls. hs/rj/sj


  
CONSELHEIRO MARCÔ ANTONIO DA SILVA

Em substituição

  
DR. DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER  
Procurador-Geral

7649/11  
TC  
FLS. 10  


Lido na sessão do dia: 22.09.2011

  
ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR  
Secretário-Geral das Sessões

TC 7649/11  
FLS. 11**TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 1029/2011**

**PROCESSO:** TC – 2629/2010  
**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO DE 2009  
**PROCEDÊNCIA:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO  
**RESPONSÁVEL:** MATEUS VASCONCELOS

Fica o Sr. **Mateus Vasconcelos**, ex-Prefeito Municipal de Pedro Canário, **NOTIFICADO** do Parecer Prévio TC-039/2011, prolatado no Processo TC-2629/2010, que trata de Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2009.

Acompanha este Termo o Parecer Prévio TC-039/2011.

Vitória, 22 de setembro de 2011.

  
**ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR**  
Secretário Geral das Sessões  
(Por delegação – Portaria N nº 021/2011)

Bdp/Tas


Gabinete do Conselheiro  
*Gerardo Diniz de Feres*

<b>PROCESSO TC:</b>	<b>2629/2010</b>
<b>APENSOS</b>	<b>4636/2010 4644/2010</b>
<b>JURISDICIONADO:</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO</b>
<b>ASSUNTO:</b>	<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL</b>
<b>PERÍODO:</b>	<b>2009</b>
<b>RESPONSÁVEL:</b>	<b>Mateus Vasconcelos</b>

Senhor Presidente,

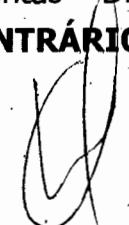
Senhores Conselheiros,

Senhor Procurador de Justiça de Contas,

 7649/11  
TC  
FLS. 12  


Solicitei **vistas** destes autos – **Prestação de Contas Anual** da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, relativa ao exercício de 2009, sob a responsabilidade do Sr. **Mateus Vasconcelos** - da Relatoria do Excelentíssimo Conselheiro **Marcos Miranda Madureira** para melhor análise e para externar meu entendimento sobre a questão em julgamento.

Em seu voto de piso, o Conselheiro Relator **concordando integralmente** com a manifestação da Área Técnica, consubstanciada na Instrução Técnica Conclusiva **ITC nº 1153/2011**, fls. 2241 a 2256, e **subscrevendo integralmente** o posicionamento do Ministério Público Especial de Contas, exarado no **Parecer PPJC 1635/2011**, fls. 2280 a 2282, da lavra do Procurador Geral do Ministério Público de Contas Dr. Domingos Augusto Taufner, votou pela emissão de **PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO**



Gabinete do Conselheiro  
*Pedro Alexandre Ferreira Pinheiro*

à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, referente ao exercício de **2009**, face às seguintes irregularidades :

TC 7649/11  
FLS. 13  
*9*

**1.2. Divergência na composição patrimonial da conta Bens Móveis no valor de R\$ 23.400,00**

*Infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/1964.*

**1.3. Divergência na composição patrimonial da conta de Depósitos no valor de R\$ 1.268.453,67**

*Infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/1964.*

**Peço vênia** tanto ao Ilustre Conselheiro Relator quanto ao Douto Parquet de Contas para fazer algumas **considerações complementares** sobre o caso específico.

O justificante **cumpriu** com todos os **Limites Constitucionais e Legais**, à saber :

**LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL**

Poder **Executivo** -% do total da despesa líquida com pessoal sobre a RCL= **48,59%**  
**Executivo/Legislativo** - " " " " = **51,99%**

**LIMITES CONSTITUCIONAIS**

Aplicações em Ações e Serviços Públicos de **Saúde** = **18,29%**

Gabinete do Conselheiro  
*Sérgio Aboudib Ferreira Pinto*

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do <b>Ensino</b>	= <b>25,96%</b>
Remuneração dos <b>Profissionais do Magistério</b>	= <b>65,41%</b>

Ainda que o justificante tenha procedido a uma **economia orçamentária** no valor de **R\$ 9.148.742,14** ( nove milhões, cento e quarenta e oito mil setecentos e quarenta e dois reais e quatorze centavos, e alcançado um **superávit orçamentário** no valor de **R\$ 1.497.689,90** ( hum milhão, quatrocentos e noventa e sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais e noventa centavos, de acordo com a RTC 281/2010, fls. 1.909 e 1.910, as **irregularidades** supra citadas, no **âmbito técnico-contábil**, devido aos seus **aspectos relevantes** e conseqüente reflexo nas demonstrações financeiras, **não podem e não devem ser ignoradas**.

Face ao todo o exposto, **acompanhando integralmente** o entendimento do Ilustre Conselheiro Relator, do Ministério Público Especial de Contas, e também da Área Técnica, **VOTO** no sentido de que seja emitido **PARECER PRÉVIO** recomendando à Câmara Municipal de Pedro Canário a **REJEIÇÃO** das contas da **Prefeitura Municipal de Pedro Canário**, relativamente ao exercício financeiro de **2009**, sob a responsabilidade do Sr. **Mateus Vasconcelos**.

 É como **VOTO**.

Vitória ES 29 de março de 2011

*Sérgio Aboudib Ferreira Pinto*  
Conselheiro Relator

 7549/11  
TC  
FLS. 14  
8



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DO CONSELHEIRO  
MARCOS MIRANDA MADUREIRA

TC 7649/11  
FLS. 15

PROC. TC. 2629/2010

Fl.

RMO

**PROCESSO TC 2629/2010**

**ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO**

**ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

**RESPONSÁVEL: MATEUS VASCONCELOS**

**EXERCÍCIOS: 2009**

Senhor Presidente,  
Senhores Conselheiros,

## RELATÓRIO

Trata o presente Caderno Processual da **Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Pedro Canário**, referente ao **Exercício de 2009**, sob a responsabilidade do Senhor **Mateus Vasconcelos**.

A 6ª Controladoria Técnica, por meio do **Relatório Técnico Contábil nº 281/2010**, de fls. 1908/1914, sugeriu a NOTIFICAÇÃO e CITAÇÃO a Ordenador de Despesas responsável, Senhor **Mateus Vasconcelos**, nos termos abaixo transcrito:

### **NOTIFICAÇÃO:**

**1.4.1. Divergência na composição patrimonial da conta Valores/Almoxarifado.**

- **Base Legal:** infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64.

**1.4.2. Divergência na composição patrimonial da conta Bens Móveis.**

- **Base Legal:** infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64.

**1.4.3. Divergência na composição patrimonial da conta de Depósitos.**

- **Base Legal:** infringência ao artigo 85 da lei 4.320/64.

**1.4.4. Divergência na composição patrimonial da conta Restos a Pagar**





TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DO CONSELHEIRO  
MARCOS MIRANDA MADUREIRA

TC 7649/11  
FLS. 16  
8

PROC. TC. 2629/2010

Fl.

RMO

- **Base Legal:** infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64.
- 1.4.5. Divergência na composição patrimonial da conta Dívida Fundada.
  - **Base Legal:** infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64.
- 1.4.6. Divergência na composição patrimonial da conta Saldo Patrimonial.
  - **Base Legal:** infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64.
- 1.6. Demonstrativo da Dívida Fundada.
- 1.7. Demonstrativo da Dívida Flutuante.

**CITAÇÃO:**

- 2. Apuração dos limites legais constitucionais

Por preceito regimental, a 6ª Controladoria Técnica elaborou a **Instrução Técnica Inicial nº 939/2010**, às fls. 1920, onde ratifica os termos do **Relatório Técnico Contábil nº 281/2010**, sugerindo a **Notificação** e a **Citação**, ao, **Sr. Mateus Vasconcelos**, Prefeito Municipal de Pedro Canário no **Exercício de 2009**, o que foi acolhido pelo Relator e pelo Egrégio Plenário desta Corte de Contas, por meio da Decisão Preliminar TC-0563/2010, de fls. 1928.

Em atendimento aos Termos de Notificação e Citação, o gestor responsável apresentou suas justificativas às fls. 1.937, acompanhada da respectiva documentação de suporte.

Instada a se manifestar, a 6ª Controladoria Técnica, após a análise da defesa apresentada, elaborou a **Instrução Técnica Conclusiva ITC-1153/2011**, onde **sugere a emissão de PARECER PRÉVIO recomendando a REJEIÇÃO** da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, relativa ao exercício financeiro de 2009, sob a responsabilidade do Sr. Mateus Vasconcelos, Senão vejamos:



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DO CONSELHEIRO  
MARCOS MIRANDA MADUREIRA

TC 7649/11  
FLS. 17

PROC. TC. 2629/2010

Fl. 2283

RMO

### **“CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, este Ministério Público de Contas, em conformidade com a Área Técnica, sugere a este Colendo Sodalício, pela **Rejeição das Contas** da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, sob a responsabilidade do Senhor Mateus Vasconcelos, referente ao exercício de 2009.”

É o relatório

### **VOTO**

À luz do exposto, acompanhando na íntegra o entendimento da Área Técnica e da Douta Procuradoria Especial de Contas, **VOTO** pela Emissão de **PARECER PRÉVIO** recomendando a **REJEIÇÃO** da Prestação de Contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO**, referente ao **exercício financeiro de 2009**, sob a responsabilidade do **Sr. Mateus Vasconcelos**, na forma do **artigo 78** da Lei Complementar nº. 32/93 c/c **artigo 126** do Regimento Interno do TCEES.

É como voto

Vitória, 22 de março de 2011.

**MARCOS MIRANDA MADUREIRA**  
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DO CONSELHEIRO  
MARCOS MIRANDA MADUREIRA

TC 7349/11  
FLS. 18

PROC. TC. 2629/2010

Fl.

RMO

#### “4. CONCLUSÃO

Examinada a Prestação de Contas, constante do presente processo, referente ao exercício de 2009, formalizada conforme disposições do art. 127 e incisos da Resolução TC nº 182/02 desta Corte de Contas e considerando o que preceitua a legislação pertinente sob o aspecto técnico-contábil, verifica-se que as demonstrações contábeis não representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial da Entidade conforme os seguintes itens:

• **1.2. Divergência na composição patrimonial da conta Bens Móveis no valor de R\$ 23.400,00 - Infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64**

• **1.3. Divergência na composição patrimonial da conta de Depósitos no valor de R\$ 1.268.453,67 - Infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64**

Além disto, o defendente apresentou pela terceira vez todos os demonstrativos contábeis, inclusive um novo Balanço Patrimonial de 2009, constante às fls. 2080 e 2081 dos autos, que difere do Balanço Patrimonial de 2009, encaminhado anteriormente, constante às fls. 904 e 905 dos autos.

Este novo Balanço Patrimonial e os demais demonstrativos contábeis encaminhados não podem ser aceitos nesta fase do processo de Prestação de Contas Anual, pois não alteram apenas as contas divergentes, mas também contas que foram analisadas no RTC nº 281/2010 e não apresentaram inconsistências.

Dessa forma, sugerimos emissão de Parecer Prévio opinando pela **REJEIÇÃO** da Prestação de Contas da **Prefeitura Municipal de Pedro Canário** relativa ao **exercício de 2009**, sob a responsabilidade do **Sr. Mateus Vasconcelos.**”

Na mesma esteira de entendimento, a Douta Procuradoria Especial de Contas, encampando em todos os termos a respectiva Instrução Técnica Conclusiva, sugere a **Rejeição das Contas**, nos termos a seguir transcrito:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**  
 Procuradoria de Contas  
 Gabinete do Procurador Geral Domingos Augusto Taufner

Proc. TC 2629/10  
 FLS.2280

*Anna Claudia A. G. G. G.*

TC 7349/11  
 FLS. 19  
*[Assinatura]*

**PARECER PPJC 1635/2011**

**PROCESSO TC: 2629/2010**

**INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO**

**ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2009**

**RESPONSÁVEL: MATEUS VASCONCELOS**

## RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos de Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, referente ao exercício de 2009, sob responsabilidade do Senhor Mateus Vasconcelos – Prefeito Municipal.

Tempestivamente, as contas foram encaminhadas as esta Casa de Contas, conforme Relatório Técnico Contábil nº. 281/2010, acostado às fls. 1908/1914, no qual sugeriu a **notificação e citação** do Sr. Mateus Vasconcelos para apresentar justificativas acerca dos itens abaixo relacionados:

- ✓ Divergência na composição patrimonial da conta Valores/ Almoxarifado. –  
*Base Legal: Infringência ao art. 85 da Lei nº 4.320/64;*
- ✓ Divergência na composição patrimonial da conta Bens Móveis. - Base  
*Legal: Infringência ao art. 85, da Lei nº 4.320/64;*
- ✓ Divergência na composição patrimonial da conta de Depósitos. – Base  
*Legal: Infringência ao art. 85 da Lei nº 4.320/64;*
- ✓ Divergência na composição patrimonial da conta Restos a Pagar. - Base  
*Legal: Infringência ao art. 85 da Lei nº 4.320/64;*
- ✓ Divergência na composição patrimonial da conta Dívida Fundada. - Base  
*Legal: Infringência ao art. 85 da Lei nº 4.320/64;*
- ✓ Divergência na composição patrimonial da conta Saldo Patrimonial. - Base  
*Legal: Infringência ao art. 85 da Lei nº 4.320/64;*

JRM

Ministério Público de Contas  
 Rua José Alexandre Bualz, 157 – Enseada do Suá - Vitória/ES  
 CEP 29.050-913 Fone: (27) 3334-7600



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**  
 Procuradoria de Contas  
 Gabinete do Procurador Geral Domingos Augusto Taufner

Proc. TC 2629/10  
 FLS.2281

*pl/tra. Cláudia A. G. G. Z. Z.*

- ✓ Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16);
- ✓ Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17).

TC 7649/11  
 FLS. 20

Face às impropriedades apontadas pelo Relatório Técnico Contábil supracitado, a 6ª Controladoria Técnica, na Instrução Técnica Inicial – ITI 939/2010, explicita às fls. 1920, reiterou as sugestões da RTC 281/2010.

Entendimento ratificado na Decisão Preliminar 0563/2010, acostada às fls. 1928, foi concedido 45 dias improrrogáveis para apresentação de justificativas, sob pena de incorrer nas sanções previstas no art. 57, §3º, da Lei Complementar 32/93 e art. 162, § 3º, do Regimento Interno desta Casa de Contas.

Após análise das justificativas e documentos juntados pelo responsável, às fls. 1938/2238, foi exarada Instrução Técnica Conclusiva – ITC nº. 1153/2011, de fls. 2241/2256, na qual sugeriu ao Plenário desta Casa de Contas, quanto ao aspecto técnico-contábil, pela **REJEIÇÃO** da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, sob a responsabilidade do Senhor Mateus Vasconcelos, relativamente ao exercício financeiro de 2009, tendo em vista que os itens abaixo permanecem irregulares:

- ✓ Divergência na composição patrimonial da conta Bens Móveis.
- ✓ Divergência na composição patrimonial da conta Depósitos.

Após, vieram os autos a este *Parquet*.

## FUNDAMENTAÇÃO

O Relatório Técnico Contábil e a Instrução Técnica Conclusiva são consentâneos com a situação fática dos autos.

JRM

Ministério Público de Contas  
 Rua José Alexandre Bualz, 157 – Enseada do Suá - Vitória/ES  
 CEP 29.050-913 Fone: (27) 3334-7600



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**  
Procuradoria de Contas  
Gabinete do Procurador Geral Domingos Augusto Taufner

22/84  
Proc. TC 2629/10  
FLS.2282

*p/ma Cláudia A. G. G. G.*

7649/11

TC  
FLS. 21

Quanto à formalização documental, a Prestação de Contas Anual está composta pelas demonstrações contábeis e demais documentos exigidos pela Resolução 182/02 do TCEES.

Contudo, no tocante ao mérito, de fato, as justificativas trazidas pela jurisdicionada não são capazes de afastar todas as supostas irregularidades anteriormente apontadas, restando inadequadas as demonstrações contábeis, em seus aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, razão pela qual os adotamos *in totum*, não havendo outros argumentos a serem acrescidos.

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, este Ministério Público de Contas, em conformidade com a Área Técnica, sugere a este Colendo Sodalício, pela **Rejeição das Contas** da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, sob a responsabilidade do Senhor Mateus Vasconcelos, referente ao exercício de 2009.

Vitória, 04 de março de 2011.

**DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER**

Procurador Geral do Ministério Público de Contas

JRM

Ministério Público de Contas  
Rua José Alexandre Buaiz, 157 – Enseada do Suá - Vitória/ES  
CEP 29.050-913 Fone: (27) 3334-7600



Secretaria do Ministério  
Público de Contas

Proc. TC 2629/10

Fls. 2283.

*Lucia Helena De Vita Maciel*  
Lucia Helena De Vita Maciel

Ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Conselheiro Relator  
**MARCOS.MIRANDA MADUREIRA**  
Em 04/03/11

TC 7549/11  
FLS. 00 22  
*7*

*Am. Claudia A. Gozzoli*  
p/ **LUCIA HELENA DE VITA MACIEL**  
Secretária do Ministério Público  
de Contas

TC

FLS.

23

**6ª Controladoria Técnica****INSTRUÇÃO TÉCNICA CONCLUSIVA ITC 1153/2011**

**PROCESSO:** 2629/2010  
**ENTIDADE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO  
**EXERCÍCIO:** 2009  
**AGENTE RESPONSÁVEL:** MATEUS VASCONCELOS  
**CONSELHEIRO RELATOR:** MARCOS MIRANDA MADUREIRA  
**VENCIMENTO DAS CONTAS:** 30/03/2011

À Chefia da 6ª Controladoria Técnica,

Conforme determinação de V. S.<sup>a</sup>, à folha 2240, procede-se à instrução técnica conclusiva das peças remetidas a esta Corte de Contas em resposta aos Termos de Notificação nº 1957/2010 e Citação nº 0647/2010, datados de 29/10/10, em nome do Sr. Mateus Vasconcelos.

As justificativas e os documentos enviados referentes aos Termos de Notificação e Citação foram protocolizados respectivamente sob os nºs 011980 e 011981, em 08/12/10, portanto dentro do prazo regimental.

Mediante o exposto, segue a Instrução Técnica Conclusiva da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, referente ao exercício de 2009, tomando por base as impropriedades apontadas no Relatório Técnico Contábil nº 281/2010.

## **1. DA NOTIFICAÇÃO**

O Sr. Mateus Vasconcelos, notificado para apresentar documentos referentes à Prestação de Contas do exercício em análise, apresentou as seguintes peças contábeis:



**1.1. Divergência na composição patrimonial da conta Valores/Almoxarifado**  
**Base Legal: infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64**

**Da justificativa:**

A divergência do item 1.4.1 apontada na conta do Ativo Permanente / Valores / Estoques / Estoque Interno – Almoxarifado – Material de Consumo, no valor de R\$ 627,00 é referente ao saldo anterior do IPASPEC informado na abertura do exercício de 2009 conforme páginas 10 e 11 do Plano de contas.

Dessa forma o demonstrativo acima passa a ter a seguinte estrutura:

<b>Valores/Almoxarifado</b>	
Saldo Exercício Anterior Consolidado	R\$ 0,00
(+) Aquisições no Exercício	R\$ 3.139.549,51
(+) Incorporações no Exercício	R\$ 0,00
(-) Baixa no exercício	R\$ 3.139.549,51
<b>(=) Saldo apurado na análise</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Balanco Patrimonial Consolidado	R\$ 0,00
<b>Divergência</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Estamos juntando conforme **"ANEXO A"** os seguintes relatórios: Plano de Contas evidenciando a implantação dos saldos em 01/01/2009, a movimentação no exercício e o saldo para o exercício seguinte da Conta Ativo Permanente/Bens/Valores/Estoque Interno – Almoxarifado – Material de Consumo, pg. 10 e 11; o Demonstrativo da Movimentação do Almoxarifado de Mat. De Consumo; o Balancete Contábil do IPASPEC de 30/06/2010 (anterior) e o de 25/10/2010 (atual).

**Da análise:**

Após análise da justificativa encaminhada pelo gestor e a correção efetuada pelo IPASPEC, conforme apurado na ITC nº 1152/11, as fls 134 do Processo TC nº 2619/10, verificou-se que foi corrigida a infringência apontada, conforme demonstrado a seguir:

<b>Valores/Almoxarifado</b>	
Saldo Exercício Anterior	R\$ 0,00
(+) Inscrição no Exercício	R\$ 3.139.549,51
(-) Baixa no Exercício	R\$ 3.139.549,51
<b>(=) Saldo p/Exerc Seguinte</b>	<b>R\$ 0,00</b>

**Atendido este item da notificação.**

7649/11

TC

FLS. 24

**1.2. Divergência na composição patrimonial da conta Bens Móveis****Base Legal: infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64****Da Justificativa:**TC 7649/11  
FLS. 251**Ativo Permanente  
Bens Móveis**

Saldo Exercício Anterior Consolidado	R\$	2.825.688,70
(+) Aquisições no Exercício	R\$	970.667,60
(-) Baixa no exercício	R\$	67.308,00
(=) Saldo apurado na análise	R\$	3.729.048,30
Balanco Patrimonial Consolidado	R\$	3.909.185,97
<b>Divergência</b>	<b>(R\$)</b>	<b>180.137,67</b>

Quanto aos valores acima apurados pela área técnica do TCEES temos a informar que no Balanço Geral relativo ao Exercício de 2009 encaminhado ao TCEES estão sendo demonstradas em separadas as contas dos Bens Móveis e que a área técnica responsável pela apuração, por equívoco, não incluiu os valores conforme demonstrados abaixo:

**Ativo Permanente**

<b>Bens Móveis</b>	<b>Prefeitura</b>	<b>Câmara</b>	<b>IPASPEC</b>	<b>TOTAL</b>
Saldo Exercício Anterior Bens Móveis	2.737.828,20	69.870,00	17.990,50	2.825.688,70
Saldo Exercício Anterior Outros Bens	38,67	0,00	0,00	38,67
Saldo Executivo Anterior Biblioteca	200.219,00	0,00	0,00	200.219,00
<b>Soma</b>	<b>2.938.085,87</b>	<b>69.870,00</b>	<b>17.990,50</b>	<b>3.025.946,37</b>
(+) Aquisições no Exercício	922.323,50	46.869,10	1.475,00	970.667,60
(+) Ganho na Venda (Alienação)	3.280,00	0,00	0,00	3.280,00
(+) Estorno de lançamentos indevidos	29.136,92	0,00	0,00	29.136,92
<b>Soma</b>	<b>954.740,42</b>	<b>46.869,10</b>	<b>1.475,00</b>	<b>1.003.084,52</b>
(-) Baixa no Exercício	66.200,00	1.108,00	0,00	67.308,00
(-) Baixa no Exercício - Perda na Venda (Alienação)	23.400,00	0,00	0,00	23.400,00
(-) Estorno de lançamentos indevidos	29.136,92	0,00	0,00	29.136,92
<b>Soma</b>	<b>118.736,92</b>	<b>1.108,00</b>	<b>0,00</b>	<b>119.844,92</b>
<b>(=) Saldo apurado na análise</b>	<b>3.774.089,37</b>	<b>115.631,10</b>	<b>19.465,50</b>	<b>3.909.185,97</b>
Balanco Patrimonial Consolidado	3.774.089,37	115.631,10	19.465,50	3.909.185,97
<b>Divergência</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Abaixo, estamos evidenciando os valores que compõem a divergência apurada pelo TCEES e que deverá ser refeita:

Diferenças (valores não incluídos pelo TCEES):

1. (+) Biblioteca	200.219,00
2. (+) Outros Bens	38,67
3. (+) Ganho na Venda (Alienação)	3.280,00
4. (-) Perda na Venda (Alienação)	23.400,00

Como pode ser verificada acima, a divergência de R\$ 180.137,67, encontrada pelo TCEES é referente aos valores inscritos no Anexo 14 (Balanço Patrimonial) do Exercício de 2008, e a **não inclusão** dos valores dos itens "1" e "2" no saldo anterior e dos itens "2" e "3" na movimentação do exercício de 2009. Quanto ao valor de R\$ 29.136,92 é a soma de lançamentos contabilizados e estornados, a débito e a crédito, não agregando nenhum resultado ao saldo final.

Estamos juntando conforme "**ANEXO B**" o Demonstrativo da Movimentação do Ativo Permanente/Bens Móveis evidenciando a implantação dos saldos em 01/01/2009, a movimentação no exercício e o saldo para o exercício seguinte da Conta Ativo Permanente/Bens/Bens Móveis referente ao Exercício de 2009. Essa movimentação pode ser verificada às páginas 9 e 10 do plano de contas encaminhado conforme "**ANEXO A**".

### Da análise:

Após análise da justificativa e da documentação encaminhada pelo gestor as fls. 2157 a 2229 dos autos, verificou-se que o valor de R\$ 23.400,00, apontado como **Perda na Venda (Alienação)**, utilizado pelo defendente para correção da conta Bens Móveis, na verdade trata-se de **Perda na Venda (alienação) de Bens Imóveis**, conforme demonstrado no **Anexo 15**, as fls. 908 dos autos. Mesmo com a inclusão dos valores das contas Biblioteca e Outros Bens na apuração do saldo da conta Bens Móveis, ainda constata-se uma divergência no valor de R\$ 23.400,00, conforme demonstrado a seguir:

<b>Bens Móveis</b>		
Saldo Exercício Anterior Consolidado	R\$	3.025.946,37
(+) Aquisições no Exercício	R\$	973.947,60
( - ) Baixa no Exercício	R\$	67.308,00
<b>(=) Saldo apurado na análise</b>	<b>R\$</b>	<b>3.932.585,97</b>
Balanço Patrimonial Consolidado	R\$	3.909.185,97
<b>Divergência</b>	<b>R\$</b>	<b>23.400,00</b>

Portanto, permanece a inconsistência na conta Bens Móveis.

**Não atendido este item da notificação.**

### 1.3. Divergência na composição patrimonial da conta de Depósitos

Base Legal: *infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64*

### Da justificativa:

#### **Passivo Financeiro**

#### **Depósitos**

Saldo Exercício Anterior Consolidado	2.019.652,27
(+ ) Inscrições no Exercício	3.724.643,37
( - ) Pagamentos no Exercício	3.488.197,81
<b>( = ) Saldo apurado na análise</b>	<b>2.256.097,83</b>
Balanço Patrimonial Consolidado	3.524.551,50
<b>Divergência</b>	<b>-1.268.453,67</b>

TC  
FLS.

7649/11

26

Dos valores demonstrados no quadro acima pelo TCEES, temos a informar que a divergência de R\$ 1.268.453,67 é decorrente de valores indevidos informados na composição do saldo acima.

Após efetuarmos a regularização da consolidação do Balancete do Instituto de Previdência e compararmos os resultados obtidos verificamos que a diferença apurada entre os valores atuais e os informados anteriormente é de R\$ 1.255.518,08 e são resultantes do somatório dos valores demonstrados na tabela a seguir:

Depósitos	Apurado pelo TCEES	Extraído do Anexo 17-2009	Diferença
<b>Saldo Exercício Anterior Consolidado ( 1 )</b>	<b>2.019.652,27</b>	<b>3.278.616,42</b>	<b>-1.258.964,15</b>
( + ) Inscrições no Exercício	3.724.643,37	3.724.643,37	0,00
( + ) Incorporação de Passivos/Obrigações	0,00	4,79	-4,79
<b>Soma ( 2 )</b>	<b>3.724.643,37</b>	<b>3.724.648,16</b>	<b>-4,79</b>
( - ) Pagamentos no Exercício	3.488.197,81	3.488.110,48	87,33
( - ) Desincorporação de Passivos/Obrigações	0,00	3.538,19	-3.538,19
<b>Soma ( 3 )</b>	<b>3.488.197,81</b>	<b>3.491.648,67</b>	<b>-3.450,86</b>
<b>( = ) Saldo apurado na análise ( 4 - 1 + 2 - 3 )</b>	<b>2.256.097,83</b>	<b>3.511.615,91</b>	<b>-1.255.518,08</b>
Balanco Patrimonial Consolidado	3.511.615,91	3.511.615,91	0,00
<b>Divergência</b>	<b>-1.255.518,08</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.255.518,08</b>

Como pode ser observado, o valor do saldo exercício anterior é de R\$ 3.278.616,42 (somatório de R\$ 908.130,30 + R\$ 350.833,85 R\$ 2.019.652,27 demonstrados no Anexo 17 do Exercício de 2008 e de 2009) e não o valor de R\$ 2.019.652,27. Ainda na apuração total do saldo apurado no Balanco Patrimonial, a área técnica não efetuou a redução dos valores incorporados e desincorporados das obrigações e registrados na Demonstração da Variações Patrimoniais - Anexo 15, de R\$ 4,79 e R\$ 3.538,19, respectivamente.

Também temos a informar que o valor real do nível contábil "Depósitos" e demonstrados da Demonstração da Dívida Flutuante de 2009 é de R\$ 3.511.615,91 e não R\$ 3.524.551,50 informado na análise (a diferença de R\$ 12.935,59 é referente à:


<b>Saldo registrado Aterlormente na Abertura do Exercício de 2009 do IPASPEC:</b>		
Previdência Municipal-IPASPEC	6438	84,33
Outros Consignatários-IPASPEC	6292	0,01
Tesouro Municipal-IPASPEC	6326	602,05
IRRF DE PF/PJ-IPASPEC	6440	5.942,39
<b>Receita a Classificar (não pertence ao nível "Depósitos")</b>		
		5.456,26
Valor informado a menor em "pagamentos" (apurado após as regularizações)		-84,33
Valor cancelado pelo IPASPEC - Consignação		934,88
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>12.935,59</b>

Abaixo apresentamos a composição do Saldo Anterior da Conta "Depósitos", registrado no Balanco Geral Consolidado de 2009:

Contas	R\$
Convênios/Outros Depósitos	908.130,30
Outras Operações	350.833,85
Depósitos	2.019.652,27
<b>SOMA ( 1 )</b>	<b>3.278.616,42</b>

Para maiores esclarecimentos estamos informando abaixo a movimentação da conta "Depósitos", o corrida no exercício de 2009, por Unidade Gestora:

7649/11

TC  
FLS. 27  


**Passivo Financeiro**

Depósitos	Prefeitura	Câmara	IPASPEC	TOTAL
<b>Saldo Exercício Anterior Consolidado ( 1 )</b>	<b>3.271.779,88</b>	<b>5.901,86</b>	<b>934,88</b>	<b>3.278.616,42</b>
( + ) Inscrlções no Exercício	3.490.134,40	202.028,64	32480,33	3.724.643,37
( + ) Incorp. de Passivo/Obrigações	0,00	4,79	0,00	4,79
<b>Soma ( 2 )</b>	<b>3.490.134,40</b>	<b>202.033,43</b>	<b>32.480,33</b>	<b>3.724.648,16</b>
( - ) Pagamento no Exercício	3.248.874,67	207.934,84	31.300,97	3.488.110,48
( - ) Desinc. de Passivo/Obrigações	2.603,06	0,25	934,88	3.538,19
<b>Soma ( 3 )</b>	<b>3.251.477,73</b>	<b>207.935,09</b>	<b>32.235,85</b>	<b>3.491.648,87</b>
<b>( = ) Saldo apurado na análise ( 4 = 1 + 2 - 3 )</b>	<b>3.510.436,55</b>	<b>0,00</b>	<b>1.179,36</b>	<b>3.511.615,91</b>
Balanco Patrimonial Consolidado	3.510.436,55	0,00	1.179,36	3.511.615,91
<b>Divergência</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Faz-se necessário explicar que até o ano de 2008 a Prefeitura utilizava um sistema de informática com poucos recursos e que não utilizava o método das partidas dobradas e tinha as contas contábeis registradas em classificação divergente do estabelecido pela Resolução 174/2002 – SISAUD e que a partir do ano de 2009 todas as contas foram implantadas conforme sua especificação e objeto nos níveis corretos.

Estamos juntando conforme “ANEXO C”, a Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 evidenciando a implantação dos saldos em 01/01/2009, a movimentação no exercício e o saldo para o exercício seguinte da Conta do Passivo Financeiro/Depósitos, referente ao Exercício de 2009 onde estão evidenciados os referidos valores. Essa movimentação pode ser verificada às páginas 13 a 15 do plano de contas encaminhado conforme “ANEXO A”.

**Da análise:**

Após análise da justificativa e da documentação encaminhada pelo gestor as fls. 2157 a 2229 dos autos, verificamos que o saldo do exercício anterior (2008) da conta Depósitos apresentado pelo defendente, no valor de R\$ 3.278.616,42, não confere com o saldo do exercício de 2008, apurado no RTC nº 160, constante as fls. 804 a 821 do processo TC nº 1835/09.

O defendente alega também, que o valor do saldo da referida conta no Balanço Patrimonial de 2009 seria de R\$ 3.511.615,91 e não R\$ 3.524.551,50. Entretanto, este saldo da conta Depósitos, apurado no RTC 281/10 às fls. 1912 dos autos, foi retirado do Anexo 14 – Balanço Patrimonial Consolidado, às fls. 904 dos autos, encaminhado pelo defendente.

Além disto, o defendente apresentou pela terceira vez todos os demonstrativos contábeis, inclusive um novo Balanço Patrimonial de 2009, constante às fls. 2080 e 2081 dos autos, que difere do Balanço Patrimonial de 2009 encaminhado anteriormente, constante às fls. 904 e 905 dos autos.

Este novo Balanço Patrimonial e os demais demonstrativos contábeis encaminhados não podem ser aceitos nesta fase do processo de Prestação de Contas Anual, pois não alteram apenas as contas divergentes, mas também contas que foram analisadas no RTC nº 281/2010 e não apresentaram inconsistências. Sendo assim, permanece a inconsistência na conta Bens Móveis, conforme segue:

TC. 7649/11  
FLS. 28

<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>		
<b>Depósitos</b>		
Saldo Exercício Anterior Consolidado	R\$	2.019.652,27
(+) Inscrições no Exercício	R\$	3.724.643,37
(-) Pagamentos no Exercício	R\$	3.488.197,81
<b>(=) Saldo apurado na análise</b>	<b>R\$</b>	<b>2.256.097,83</b>
Balanço Patrimonial Consolidado	R\$	3.524.551,50
<b>Divergência</b>	<b>(R\$</b>	<b>1.268.453,67)</b>

**Não atendido este item da notificação.**

#### **1.4. Divergência na composição patrimonial da conta Restos a Pagar**

*Base Legal: infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64*

##### **Da justificativa:**

###### **Restos a Pagar**


Saldo Exercício Anterior Consolidado	6.047.689,44
( + ) Inscrições no Exercício	3.327.627,75
( - ) Pagamento no Exercício	1.262.262,25
( - ) Cancelamentos	1.040.504,23
<b>( = ) Saldo apurado na análise</b>	<b>7.072.550,71</b>
Balanço Patrimonial Consolidado	7.072.609,41
<b>Divergência</b>	<b>-58,70</b>

*A diferença apurada de R\$ 58,70 é relativa à diferença entre o valor registrado na abertura do exercício de 2009 na Unidade Gestora do IPASPEC e o valor informado no Balancete Analítico Contábil do IPASPEC e encaminhado à Prefeitura para o registro, ou seja, o valor do saldo anterior do Balanço Geral de 2009 do IPASPEC é de R\$ 218,20 e o Balancete Analítico Contábil é de R\$ 276,90, conforme documentos juntados no "ANEXO A".*

*Estamos regularizando a diferença de R\$ 58,70 no exercício de 2009 para ajustar ao saldo do Balanço Geral de 2009. Essa regularização está sendo evidenciada na Demonstração da Dívida Flutuante de 2009 (Anexo 17), conforme "ANEXO C".*

##### **Da análise:**

Após análise da justificativa encaminhada pelo gestor e a correção efetuada pelo IPASPEC, conforme apurado na ITC nº 1152/11, as fls 134 do Processo TC nº 2619/10, verificou-se que foi corrigida a infringência apontada, conforme demonstrado a seguir:

7649/11  
TC  
FLS. 29  


<b>Restos a Pagar</b>		
Saldo Exercício Anterior Consolidado	R\$	6.047.689,44
(+) Inscrições no Exercício	R\$	3.331.627,75
(-) Pagamentos no Exercício	R\$	1.262.262,25
(-) Cancelamentos	R\$	1.040.722,43
<b>(=) Saldo p/Exerc Seguinte</b>	<b>R\$</b>	<b>7.076.332,51</b>

**Atendido este item da notificação.**

### **1.5. Divergência na composição patrimonial da conta Dívida Fundada**

**Base Legal: infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64**

#### **Da justificativa:**

##### **Passivo Permanente**

##### **Dívida Fundada**

Saldo Exercício Anterior Consolidado	1.365.890,83
(-) Amortização no Exercício	1.043.107,54
(+) Incorporação no Exercício	1.390.177,49
(-) Cancelamentos	0,00
<b>( = ) Saldo apurado na análise</b>	<b>1.712.960,78</b>
Balanço Patrimonial Consolidado	1.954.172,28
<b>Divergência</b>	<b>-241.211,50</b>

Conforme demonstrado acima pela área técnica do TCEES foi verificado que os valores extraídos da Demonstração da Dívida Fundada – Anexo 16 não estão conferindo, pois houve erro de lançamentos na tabela acima. Ao examinarmos o Anexo 16, o que se verificou foi a situação abaixo:

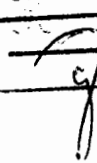
##### **Passivo Permanente**

##### **Dívida Fundada**

Saldo Exercício Anterior Consolidado	1.365.890,83
(-) Amortização no Exercício*	801.891,25
(+) Incorporação no Exercício*	1.390.172,49
<b>( = ) Saldo apurado na análise</b>	<b>1.954.172,28</b>
Balanço Patrimonial Consolidado	1.954.172,28
<b>Divergência</b>	<b>0,00</b>

Nota: \*Esses valores estão evidenciados na Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15

As divergências apuradas entre os valores apurados pelo TCEES e os apurados no Anexo 16, são:

TC 7649/11  
FLS. 30  


**Passivo Permanente****Dívida Fundada**

Saldo Exercício Anterior Consolidado	1.365.890,83	1.365.890,83	0,00
( - ) Amortização no Exercício	1.043.107,54	801.891,25	241.216,29
( + ) Incorporação no Exercício	1.390.177,49	1.390.172,70	4,79
( = ) Saldo apurado na análise	1.712.960,78	1.954.172,28	-241.211,50
Balanco Patrimonial Consolidado	1.954.172,28	1.954.172,28	0,00
<b>Divergência</b>	<b>-241.211,50</b>	<b>0,00</b>	<b>-241.211,50</b>

Após confrontarmos os valores informados na tabela acima, apuramos os seguintes equívocos:

<sup>1</sup> R\$ 241.216,29 – essa diferença é referente ao saldo do nível contábil 6.2.3.3.0.00.00-Desincorporação de Passivos (cancelamento de consignações e restos a pagar) no valor de R\$ 1.043.107,54 e informado indevidamente como amortização de dívida fundada pelo TCEES.

<sup>2</sup> R\$ 4,79 – essa diferença é referente ao saldo do nível contábil 5.2.3.3.0.00.00-Incorporação de Passivos no valor de R\$ 4,79 e informado indevidamente com incorporação de dívida fundada pelo TCEES.

Solicitamos a área técnica para reavaliar a Demonstração da Variações Patrimoniais – Anexo 15 e a Demonstração da Dívida Fundada – Anexo 16 e verificar os valores registrados a título de amortização e inscrição de dívida fundada e o Plano de Contas encaminhado conforme “ANEXO A”.

Estamos juntando a Demonstração da Dívida Fundada, conforme “ANEXO D”.

**Da análise:**


Após análise da justificativa e da documentação encaminhada pelo gestor as fls. 907 a 910 dos autos, considera-se sanada a infringência apontada, conforme demonstrado a seguir:

<b>PASSIVO PERMANENTE</b>			
<b>Dívida Fundada</b>			
Saldo Exercício Anterior	R\$	1.365.890,83	
( - ) Amortização no Exercício	R\$	801.891,25	
(+) Incorporação no Exercício	R\$	1.390.172,70	
<b>(=) Saldo p/Exerc Seguinte</b>	<b>R\$</b>	<b>1.954.172,28</b>	

**Atendido este item da notificação.****1.6. Divergência na composição patrimonial da conta Saldo Patrimonial**

Base Legal: infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64

**Da justificativa:**

TC  
FLS. 31  




**Saldo Patrimonial**

Ativo Real Líquido/2008	7.729.085,40
(+) Superávit Patrimonial/2009	5.595.852,45
<b>(=) Saldo apurado na análise</b>	<b>13.324.937,85</b>
Balanço Patrimonial Consolidado	13.318.877,37
<b>Divergência</b>	<b>6.060,48</b>

Informamos que a diferença apurada acima é relativa aos valores implantados na abertura do exercício financeiro de 2009 da Unidade Gestora do Instituto de Previdência – IPASPEC uma vez que o Balancete Analítico Contábil encaminhado a Prefeitura e o Balanço Geral estavam com os valores abaixo registrados e só após o encerramento do Balanço Geral é que foi efetuada a correção pelo IPASPEC e encaminhado novo Balanço Geral na data de 09/08/2010, conforme documentos juntados no “ANEXO A”.

No entanto, estamos corrigindo esses valores ainda no exercício de 2009 e encaminhando novo Balanço Geral para ser substituído pelo que se encontra no TCEES. Com isso estaremos evitando novas divergências cumulativas para o Exercício de 2010.

**Apuração da Diferença:**

Depósitos – Saldo Anterior IPASPEC	6.628,78
Restos a Pagar – Saldo anterior IPASPEC	58,70
Almoxarifado Saldo Anterior IPASPEC	-627,00
<b>Soma</b>	<b>6.060,48</b>

**Da análise:**

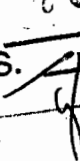
Após análise da justificativa encaminhada pelo gestor e as correções efetuadas pelo IPASPEC, conforme apurado na ITC nº 1152/11, as fls 134 e 135 do Processo TC nº 2619/10, verificou-se que foi corrigida a infringência apontada, conforme demonstrado a seguir:

<b>SALDO PATRIMONIAL:</b>		
Ativo Real Líquido/2008	R\$	7.729.085,40
(+) Superávit Patrimonial/2009	R\$	5.589.791,97
<b>(=) Saldo p/ Exercício Seguinte</b>	<b>R\$</b>	<b>13.318.877,37</b>

**Atendido este item da notificação.**

**1.7. Demonstrativo da Dívida Fundada (ANEXO 16)**

**Da justificativa:**

7649/11  
32  
TC  
FLS.  32

Informamos que não existe a diferença apontada pela área técnica do TCEES no Anexo 16 e no Anexo 15 encaminhado ao Tribunal de Contas na PCA de 2009. Ao confrontarmos os valores registrados no Anexo 15, temos o seguinte:

**a) Variações Ativa/Mutações Patrimoniais/Desincorporação de Passivo - Amortização de Dívidas:**

FGTS - Prefeitura	53.334,55
INSS - Prefeitura	581.784,16
Parcelamentos Contr. Previdenciária - IPASPEC	166.772,54
<b>Soma</b>	<b>881.891,25</b>

**b) Variações Passiva/Decréscimos Patrimoniais/Ajustes de Obrigações - Atualização de obrigações Internas:**

Atualização Saldo Devedor - IPASPEC	21.370,87
<b>Soma</b>	<b>21.370,87</b>

**c) Variações Passiva/Decréscimos Patrimoniais/Mutações Diversas - Diversas Mutações Passivas:**

Inscrição de Parcel. Da Contribuição Previdenciária - IPASPEC	1.368.801,83
<b>Soma</b>	<b>1.368.801,83</b>

Conforme pode ser constatado na Demonstração da Dívida Fundada - Anexo 16, juntada conforme "ANEXO D", os valores acima estão registrados nessa demonstração, em colunas individuais, ou seja, "Amortização e Inscrição".

**Da análise:**

Após análise da justificativa encaminhada pelo gestor e a correção efetuada na conta Dívida Fundada, conforme o item 1.5 desta ITC, considera-se sanada a infringência apontada.

**Atendido este item da notificação.**

**1.8. Demonstrativo da Dívida Flutuante (ANEXO 17)**


**Da justificativa:**

Para melhorar a análise da Demonstração Contábil encaminhada na PCA de 2009 estamos encaminhando conforme "ANEXO C", a DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE - ANEXO 17 onde evidenciamos em colunas individuais a movimentação no exercício.

**Da análise:**

Após análise da justificativa encaminhada pelo gestor e a correção efetuada na conta Restos a Pagar, conforme o item 1.4 desta ITC, considera-se sanada a infringência apontada.

**Atendido este item da notificação.**

TC 2649/10  
FLS. 33  


## 2. DA CITAÇÃO

O Sr. Mateus Vasconcelos, citado para apresentar justificativas referentes à Prestação de Contas do exercício em análise, apresentou as seguintes justificativas/peças contábeis:

### 2.1. Apuração dos Limites Legais e Constitucionais

Da justificativa:

**Tabela I**  
**Demonstrativo da Receita Corrente de Contribuições Sociais**

Receita Orçamentária	Contabilização do IPASPEC	Contabilização da Prefeitura	Divergência
<b>Receitas Correntes</b>	<b>2.026.228,12</b>	<b>1.180.443,21</b>	<b>845.784,91</b>
<b>Receita de Contribuições</b>	<b>2.026.228,12</b>	<b>817.462,72</b>	<b>1.208.765,40</b>
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>2.026.228,12</b>	<b>817.462,72</b>	<b>1.208.765,40</b>
<b>Contribuições Previdenciárias do RPPS</b>	<b>2.026.228,12</b>	<b>817.462,72</b>	<b>1.208.765,40</b>
Contr. Patronal Serv. Ativo Civil p/ o RPPS	1.208.765,40	0,00	1.208.765,40
Contribuição do Servidor Ativo Civil	816.367,41	816.367,41	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Pensionista Civil	1.095,31	1.095,31	0,00
<b>Contribuições Econômicas</b>	<b>0,00</b>	<b>362.980,49</b>	<b>-362.980,49</b>
COSIP	0,00	362.980,49	-362.980,49
<b>Rec. Correntes - Oper. Intraorçamentárias</b>	<b>478.548,25</b>	<b>1.687.313,65</b>	<b>1.208.765,40</b>
<b>Rec. de Contribuição - Oper. Intraorçamentárias</b>	<b>478.548,25</b>	<b>1.687.313,65</b>	<b>1.208.765,40</b>
<b>Contribuições Sociais - Oper. Intraorçamentárias</b>	<b>478.548,25</b>	<b>1.687.313,65</b>	<b>1.208.765,40</b>
<b>Contr. Prev. do RPPS - Oper. Intraorçamentárias</b>	<b>478.548,25</b>	<b>1.687.313,65</b>	<b>1.208.765,40</b>
Cont. Patronal Serv. Ativo Civil - Oper. Intraorçamentárias	0,00	1.208.765,40	1.208.765,40
Contr. Prev. P/ Amortização de Déficit Atuarial	478.548,25	478.548,25	0,00
<b>Soma</b>	<b>2.504.776,37</b>	<b>2.867.756,86</b>	<b>-362.980,49</b>

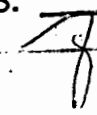
Quanto ao registro da Receita Orçamentária de Contribuições, temos a informação que a Prefeitura registrou a receita de contribuições para o Regime Próprio de Previdência em conformidade com a classificação dada pela legislação vigente.

O Instituto de Previdência ao fazer o Balanço Geral de 2009 alterou sua receita orçamentária de R\$ 2.930.881,12 (anterior) que passou para R\$ 3.068.734,77 (atual) e ora encaminhamos o Balanço Geral do Exercício de 2009 do IPASPEC, anterior ao atual, evidenciando esses registros, conforme "ANEXO A". A Prefeitura efetuou a correção desses valores ainda no Exercício de 2009 e que foram contabilizados através da consolidação das contas, regularizando dessa maneira essa inconsistência.

Quanto à receita corrente no valor de R\$ 1.208.765,40, relativa à Contribuição Patronal de Servidor para o RPPS é contabilizada como "RECEITAS CORRENTES - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS" e cuja classificação está contida na Resolução TCEES nº 174/2002 e suas atualizações e no **MANUAL DE RECEITA NACIONAL** Aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a partir da elaboração e execução da lei orçamentária de 2009 - 1ª Edição - Portaria Conjunto STN/SOF nº 3, de 2008, inclusive editada pelo Ministério da Previdência quanto a Receita Previdenciária.

Informamos que houve um equívoco da Contabilidade do IPASPEC ao contabilizar essa receita, inclusive divergindo da Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2009. O Instituto de Previdência do Município é quem deverá regularizar esse lançamento na classificação correta e encaminhar novo Balanço ao TCEES.

7649/11

TC  
FLS. 34  


No entanto, toda a receita corrente orçamentária está evidenciada no "**Anexo 2 - Receitas Segundo a Natureza Econômica**", em nível de detalhamento mínimo que permite apurar as receitas que são bases de cálculo para a aplicação na Educação, na Saúde e em Despesas com Pessoal.

Informamos ainda que toda a documentação a respeito dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal exigida pela Resolução 182/2002 e demais atualizações foi encaminhada anteriormente quando da entrega da PCA.

A partir das informações acima apresentadas nesse relatório as notas explicativas aos Registros e Demonstrações Contábeis contendo os esclarecimentos e justificativas quanto às irregularidades e inconsistências apresentadas na Prestação de Contas Anual do Exercício de 2009-Consolidada.

### Da análise:

Durante análise da Prestação de Contas Anual de 2009 da Prefeitura de Pedro Canário, verificou-se divergência no valor da conta Receita de Contribuições, constante do Demonstrativo da Receita e Despesa por Categoria Econômica (consolidado), Anexo 01, de fls. 746, do processo TC 2629/2010, comparado com o valor da mesma conta apresentado na PCA 2009 do IPASPEC - Instituto de Previdência e Assistência Social do Município de Pedro Canário, às fls. 11 do processo TC 2619/2010.

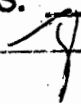
O valor da conta Receita de Contribuição no demonstrativo consolidado apresentado pela Prefeitura era de R\$ 1.180.443,21, enquanto que o valor apresentado pelo IPASPEC era de R\$ 2.026.228,12, ficando clara a divergência entre os valores apresentados, uma vez que o valor consolidado era menor do que o valor apresentado pelo IPASPEC.

Tal divergência impossibilitou o cálculo da Receita Corrente Líquida e conseqüentemente o cálculo dos limites legais e constitucionais de despesas com pessoal e gastos do legislativo.

Em atendimento ao Termo de Citação nº 0647/2010, constante do Processo TC nº 2629/2010 (fls.1930), o prefeito municipal de Pedro Canário encaminhou, em 08/12/2010, justificativa e documentação, com objetivo de sanar a referida divergência.

Com os esclarecimentos apresentados pelo defendente, evidenciando que o IPASPEC contabilizou a Contribuição Patronal dos Servidores no valor de R\$ 1.208.765,40 de forma equivocada, tornou-se possível apurar os limites legais e constitucionais, conforme segue:

#### 2.1.1 Limite de Despesas com Pessoal

TC 2629/10  
FLS. 35  


##### 2.1.1.1. Receita Corrente Líquida - RCL

Ø Base Legal: Inciso IV, § 1º e 3º do artigo 2º da Lei Complementar 101/00

Dos levantamentos efetuados, constatou-se que o município em análise obteve a título de **Receita Corrente Líquida (Doc 02)** o montante de **R\$ 30.383.103,88**.

De posse da RCL, foram feitas as averiguações a respeito do quantum despendido pelo município para gastos com Pessoal e Encargos, conforme segue:

#### **2.1.1.2. Poder Executivo**

Ø Base Legal: artigo 20, inciso III, alínea "b" e 22, parágrafo único da Lei 101/00

Foi constatado, a partir da análise dos dados encaminhados, que o Poder Executivo canalizou em despesa de pessoal e encargos sociais o montante de **R\$ 14.763.951,42**, resultando, desta forma, numa aplicação de **48,59%** em relação à receita corrente líquida apurada para o exercício (**Doc 03**).

Concluimos, portanto, que o Poder Executivo, **cumpriu** os limites máximo e prudencial estabelecidos nos artigos 20, inciso III, alínea "b" e 22, parágrafo único da Lei Complementar nº 101/00.

#### **2.1.1.3. Despesa Consolidada**

Ø Base Legal: Artigo 19 da Lei Complementar 101/00

Quanto a Despesa com pessoal consolidada (Poderes Executivo e Legislativo), foi apurado um dispêndio de **R\$ 15.796.035,63** correspondente a **51,99%** da Receita Corrente Líquida (**Doc 03**). Conclui-se que **foram cumpridos** os limites legal e prudencial estabelecidos na Lei 101/00.

#### **2.1.2. Aplicação em Educação**

##### **2.1.2.1. Remuneração dos Profissionais do Magistério**


➤ Base Legal: infringência ao art. 60, inc. XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República de 1988 (alterado pela Emenda Constitucional 53/2006)

Conforme análise das informações evidenciadas nos demonstrativos contábeis, foi apurada uma aplicação de **65,41%** (**Doc 04**) da cota-parte recebida do FUNDEB, na remuneração do magistério da educação básica, **portanto, cumprindo** com o estipulado na Constituição da República.

##### **2.1.2.2. Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**

➤ Base Legal: art. 212 da Constituição da República de 1988

Foi constatado, a partir da análise dos dados encaminhados, que a Administração Municipal aplicou **25,96%** (**Doc 04**) das receitas de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino, **cumprindo** o preceito constitucional.

7549/11  
TC  
FLS. 36  


### 2.1.3. Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde

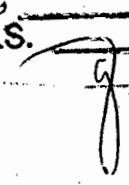
- *Base Legal: Artigo 77, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República de 1988 (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29/2000)*

Conforme análise das informações evidenciadas nos demonstrativos contábeis, foi apurada uma despesa própria em saúde equivalente a **18,29% (Doc 05)** da receita de impostos e transferências legais e constitucionais, estando, portanto, **em acordo** com o estipulado na Constituição da República.

**Atendido este item da citação.**

### 3. DOCUMENTOS ANEXOS

- Documento 1 – Matriz Receita
- Documento 2 – RCL
- Documento 3 – Gastos com Pessoal
- Documento 4 – Gastos com Educação
- Documento 5 – Gastos com Saúde

TC 7649/10  
FLS. 37  


### 4. CONCLUSÃO

Examinada a Prestação de Contas, constante do presente processo, referente ao exercício de 2009, formalizada conforme disposições do art. 127 e incisos da Resolução TC nº 182/02 desta Corte de Contas e considerando o que preceitua a legislação pertinente sob o aspecto técnico-contábil, verifica-se que as demonstrações contábeis não representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial da Entidade conforme os seguintes itens:

- **1.2.** Divergência na composição patrimonial da conta Bens Móveis no valor de R\$ 23.400,00 - Infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64
- **1.3.** Divergência na composição patrimonial da conta de Depósitos no valor de R\$ 1.268.453,67 - Infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64

Além disto, o defendente apresentou pela terceira vez todos os demonstrativos contábeis, inclusive um novo Balanço Patrimonial de 2009, constante às fls. 2080 e 2081 dos autos, que difere do Balanço Patrimonial de 2009 encaminhado anteriormente, constante às fls. 904 e 905 dos autos.


Este novo Balanço Patrimonial e os demais demonstrativos contábeis encaminhados não podem ser aceitos nesta fase do processo de Prestação de Contas Anual, pois não alteram apenas as contas divergentes, mas também

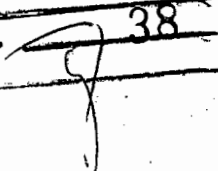
contas que foram analisadas no RTC nº 281/2010 e não apresentaram inconsistências.

Dessa forma, sugerimos emissão de Parecer Prévio opinando pela **REJEIÇÃO** da Prestação de Contas da **Prefeitura Municipal de Pedro Canário** relativa ao **exercício de 2009**, sob a responsabilidade do **Sr. Mateus Vasconcelos**.

É o relatório.

Vitória-ES, 28 de fevereiro de 2011.

  
**Fausto de Freitas Corradi**  
**Controlador de Recursos Públicos**  
**Matrícula 202629**

TC 7649/11  
FLS. 38  


7649/11  
TC  
FLS. 39

**DOCUMENTO:** Protocolo nº 014165 de 15/12/2011

**ASSUNTO:** Recurso de Reconsideração

**INTERESSADO:** Mateus Vasconcelos

De ordem

Ao NCD para autuar a presente documentação como Recurso de Reconsideração e, após, encaminhar à Secretaria Geral das Sessões.

Em 16 de dezembro de 2011.

  
**ADRIANA RIBEIRO MENEZES**  
Matrícula: 203.399



## Secretaria-Geral das Sessões

---


Ao Gabinete do Relator, Conselheiro **Marcos Miranda Madureira**.

Encaminhamos os presentes autos para conhecimento e providências que V.Exa. determinar.

Informamos que o prazo para interposição de Recurso de Reconsideração referente ao **Parecer Prévio TC-039/2011** (Processo TC-2629/2010), Termo de Notificação nº 1029/2011, venceu em **06/12/2011**.


Informamos, ainda, que o **recurso** foi protocolizado neste Tribunal em nome do Sr. **Mateus Vasconcelos** sob o número 014165 em **15/12/2011**.

Informamos que o Processo **TC-2629/2010** encontra-se, nesta data, no Gabinete de V. Exa. conforme sistema de consulta processual.

  
**TATIANA APARECIDA SARTORE**  
MAT: 203346

De acordo:

**Em, 2 de janeiro de 2012.**

  
**ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR**  
Secretário-Geral das Sessões

Processo TC 7649/2011

Apensar ao processo principal TC 2629/2010, e feito isso, à Controladoria Geral Técnica para prosseguir na forma regimental.

Diligencie-se na íntegra, pois.

Em, 03 de janeiro de 2012.

**MARCOS MIRANDA MADUREIRA**

**Conselheiro Relator**

## CGT

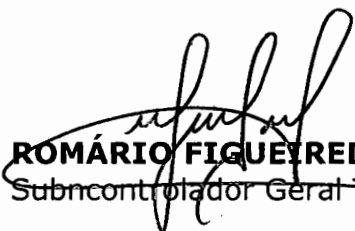
<b>PROCESSO TC:</b>	7649/2011
<b>INTERESSADO:</b>	Mateus Vasconcelos
<b>JURISDICIONADO:</b>	Prefeitura Municipal de Pedro Canário
<b>ASSUNTO:</b>	Recurso de Reconsideração

Ao **NCD**

Solicitamos apensar aos presentes autos o processo **2629/2010** que na presente data se encontra nesse NCD.

Após, solicitamos encaminhamento a 8ª CT, conforme determinação do Conselheiro Relator constante às fls. 41.

Em 03/01/2012.

  
**ROMÁRIO FIGUEIREDO**  
Subncontrolador Geral Técnico

NUCLEO DE CONTROLE DE DOCUMENTOS  
APENSADOR

Nesta data, apenso a este processo o (s) processo (s) nº

2629/10

Em 3 / 01 / 12

Ass.:   
Márcia Gomes Garcia de Moraes  
Mat.: 202.586

Encaminha-se à (ao) 8ª CT

Conforme Fls. 42

Em 3 / 1 / 12

## **8ª Controladoria Técnica**

---

**Instrução Técnica:** ITR 1/2012  
**Processo TC:** n.º 7649/2011  
**Apensos TC:** n.ºs 2629/2010, vols. I a X; 4643/2010 e 4644/2010  
**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Pedro Canário  
**Recorrente:** Mateus Vasconcelos  
**Assunto:** Recurso de Reconsideração  
**Exercício:** 2009  
**Conselheiro Relator:** Marcos Miranda Madureira

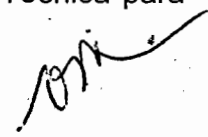
Cuidam os presentes autos de Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Matues Vasconcelos**, na qualidade de Prefeito do Município de Pedro Canário durante o exercício financeiro de 2009, em face do Parecer Prévio TC-039/2011 constante do Processo TC nº 2629/2010 (fls. 2295/2298), que recomenda ao Legislativo Municipal a rejeição das contas apresentadas, tendo em vista os seguintes procedimentos:

1. Divergência na composição patrimonial da conta de Bens móveis no valor de R\$ 23.400,00 – infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64;
2. Divergência na composição patrimonial da conta de Depósitos no valor de R\$ 1.268.453,67 – infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64.

Devidamente notificado, o recorrente interpôs o presente Recurso de Reconsideração objetivando reformar o parecer emitido por este Tribunal.

Ato contínuo, vieram os autos encaminhados a esta 8ª Controladoria Técnica para análise.

É o relatório.



## 8ª Controladoria Técnica

---

### DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Analisando as condições de admissibilidade do recurso, observa-se que a parte é capaz e possui interesse e legitimidade processual, o que torna cabível o presente recurso.

Verifica-se que o Termo de Notificação nº 1029/2011 em nome do recorrente foi juntado em 04/11/2011 (fl. 2308 do processo TC nº 2 629/2010). Considerando que o Recurso de Reconsideração foi apresentado em 15/12/2011, tem-se o mesmo como **INTEMPESTIVO**.

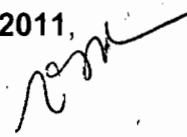
Constata-se, portanto, que não foi observado o prazo de 30 (trinta) dias para a interposição do recurso, nos termos do artigo 81, da Lei Complementar Estadual nº 32/93, *in verbis*:

*Art. 81. O Recurso de Reconsideração, que terá efeito suspensivo, será apreciado por quem houver proferido o voto vencedor na decisão recorrida, na forma estabelecida no Regimento Interno, e poderá ser formulado uma só vez, por escrito, pelo responsável, ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados na forma prevista nesta lei. (grifo nosso)*

Por sua vez, o artigo 72, inciso I, alínea d, do mesmo diploma legal, estabelece que o início da contagem do referido prazo será a data da juntada do aviso de recebimento, conforme a seguir transcrito:

*Art. 72. Os prazos referidos nesta Lei Complementar contam-se da data da juntada do respectivo aviso de recebimento ou contra-fé, devidamente certificada.*

Portanto, verifica-se que o recorrente, muito embora tenha sido devidamente notificado por meio do Termo de Notificação nº 1029/2011 do Parecer Prévio TC-039/2011, cuja juntada do comprovante da notificação se efetivou no dia **04/11/2011**,



## 8ª Controladoria Técnica

---

de forma que o prazo para a interposição do recurso venceria em 06/12/2011<sup>1</sup>, somente protocolou sua peça recursal após o prazo legalmente estabelecido, tal seja, em 15/12/2011.

Dessa forma, caracterizada a **intempestividade** do Recurso de Reconsideração, novamente nos remetemos à Lei Orgânica desta Corte de Contas que prevê, *verbis*:

*Art. 80. Da decisão proferida em processos de tomada ou prestação de contas cabem recursos para o próprio Tribunal de Contas:*

*[...]*

*Parágrafo único. **Não se conhecerá de recurso interposto fora do prazo**, salvo em razão de superveniência de fatos na forma prevista no Regimento Interno. (grifo nosso)*

Ressalte-se que o abrandamento do pressuposto da intempestividade para o conhecimento do recurso não autoriza a inobservância de prazos expressamente previstos em norma válida, tais como a Lei Orgânica e o Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Isto porque, dentre os princípios que regem o processo administrativo encontra-se o do *devido processo legal* que, como leciona o mestre Carvalho Filho, indica que ao Estado incumbe a obrigação de aplicar e observar as normas que ele próprio criou, encerrando a matéria da seguinte forma:

*Em relação ao processo administrativo, o princípio do devido processo legal tem sentido claro: em todo o processo administrativo devem ser respeitadas as normas legais que o regulam. A regra, aliás, vale para todo e qualquer tipo de processo, e no caso do processo administrativo incide sempre, seja qual for o objeto a que se destine. Embora se costume invocá-lo nos processos litigiosos, porque se assemelham aos processos judiciais, a verdade é que a exigência do postulado atinge até os processos não-litigiosos, no sentido de que nestes também deve o Estado respeitar as normas que sobre eles incidam.*

*Aliás, a amplitude do princípio (embora a Constituição pareça tê-lo limitado um pouco) dá margem à interpretação de que tem ele estreita conexão com o princípio da legalidade, este de amplo espectro e reconhecidamente*

---

<sup>1</sup> A propósito, vide manifestação da SGS à fl. 2312 do Processo TC nº 2629/2010, vol. X.

## 8ª Controladoria Técnica

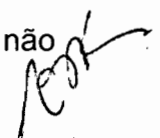
*abrangente. Em ambos, o Estado deverá prostrar-se como servo da lei.*  
(CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**.  
11. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004. pp. 811-812)

Ademais, ainda que outros princípios possam ser invocados, tais como o do *informalismo procedimental*, do *contraditório* e da *ampla defesa*, ou ainda, o da *verdade material*, não é possível afastar a aplicabilidade do devido processo legal nem autorizar o recebimento intempestivo, pois conforme o supra mencionado autor, o primeiro delimita que “no silêncio da lei ou de atos regulamentares, não há para o administrador a obrigação de adotar excessivo rigor”, ao passo que o segundo “é o direito de contestação, de redarguição a acusações, de impugnação de atos e atividades”, e o terceiro autoriza o próprio administrador a “buscar as provas para chegar à sua conclusão e para que o processo administrativo sirva realmente para alcançar a verdade incontestável, e não apenas a que ressaia de um procedimento meramente formal”, ou seja, não se aplicam ao caso em tela.

Logo, não há como desmerecer a existência de normas que norteiam o processo administrativo no âmbito desta Egrégia Corte, tornando, portanto, impossível acolher o aludido Princípio do Informalismo, já que este só deve ser invocado mediante o silêncio da lei ou de atos regulamentares.

Cabe registrar ainda que o Princípio da Verdade Real é percutido durante todas as fases dos procedimentos adotados pelo Tribunal de Contas no exercício da sua missão institucional, e não somente em sede recursal ou quando da formação da convicção para julgamento ou emissão de parecer, motivo pelo qual não pode ser invocado na situação dos autos.

Por derradeiro, impende destacar ainda a impossibilidade de se aproveitar o recurso interposto como Recurso de Revisão com fulcro no Princípio da Fungibilidade e por força da influência do Princípio da Instrumentalidade das Formas, pelos quais se tem admitido, no campo da inadequação procedimental, o aproveitamento do recurso erroneamente interposto como se fosse o meio de impugnação cabível e não



## **8ª Controladoria Técnica**

---

utilizado, uma vez que, em se tratando de Parecer Prévio, não há previsão legal para interposição de Recurso de Revisão, nos termos do que dispõe o Regimento Interno, em seu artigo 195, §2º, bem como nos termos da Lei Orgânica, em seu artigo 80, incisos I e II, a saber:

### Regimento Interno:

Art. 195. [...]

§ 2º. Do Parecer Prévio nas contas dos Prefeitos e do Governador do Estado, caberão os recursos previstos nos incisos I e II do art. 80 da Lei Complementar n.º 32/93.

### Lei Orgânica:

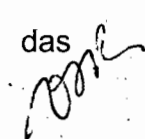
Art. 80. Da decisão proferida em processos de tomada ou prestação de contas cabem os recursos para o próprio Tribunal de Contas:

- I. de reconsideração;
- II. de embargos de declaração;
- III. de revisão.

Portanto, conclui-se pelo não cabimento da impugnação interposta, tendo em vista a sua intempestividade, bem como a impossibilidade de invocar quaisquer dos princípios jurídicos supra mencionados na situação em análise.

## **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, somos pelo **NÃO CONHECIMENTO** do recurso nos termos acima delineados, mantendo-se integralmente a recomendação pela REJEIÇÃO das contas nos termo do Parecer Prévio TC-039/2011.





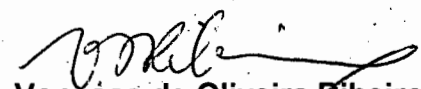
## ***8ª Controladoria Técnica***

---

Ressalte-se, por fim, que o recorrente deixa consignado o seu interesse em apresentar defesa oral na ocasião da apreciação do presente recurso pelo Plenário deste Egrégio Tribunal.

É a nossa manifestação.

Vitória, 04 de janeiro de 2011.

  
**Vanessa de Oliveira Ribeiro**  
Controlador de Recursos Públicos  
Matrícula TCE-ES nº 203.253

## *8ª Controladoria Técnica*

---

À CGT, com a manifestação da 8ª Controladoria Técnica externada pela Instrução Técnica antecedente.

Em, 4 de janeiro de 2012.



VANESSA DE OLIVEIRA RIBEIRO  
Coordenadora da 8ª Controladoria Técnica  
Matrícula nº 203.263

## Controladoria Geral Técnica

**Processo TC: 7649/11 (Apensos TC 2629/10, TC 4643/10 e TC 4644/10)**

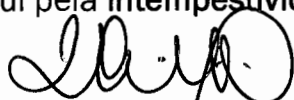
**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Pedro Canário

**Assunto:** Recurso de Reconsideração

**Exercício:** 2009

**Exmº Conselheiro Relator Marcos Miranda Madureira:**

Estamos encaminhando os presentes autos para apreciação de V. Exª, tendo em vista as informações contidas na **Instrução Técnica de Recurso – ITR nº 01/12**, de fls. 43 a 48, apresentada pela 8ª Controladoria Técnica, na qual conclui pela **intempestividade** do presente recurso.



VERA LUCIA OLIVEIRA ROUBACH DALVI

Coordenadora Técnica

De Acordo.

Em 03/01 / 2012.



TADEU PIMENTEL CITY

Controlador Geral Técnico

**DESPACHO****(mero expediente)**

Processo TC 7649/2011

Recebi hoje.

Por preceito regimental, abre-se vista ao Ministério Público Especial de Contas.

Após, conclusos.

Diligencie-se.

Em, 05 de janeiro de 2012.

**MARCOS MIRANDA MADUREIRA****Conselheiro Relator**

Ao Eminentíssimo Procurador do  
Ministério Público de Contas

Vitória, 09 de janeiro de 2012.



**LUCIA HELENA DE VITA MACIEL**  
Secretária do Ministério Público de Contas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**  
2ª Procuradoria de Contas  
Gabinete do Procurador Luciano Vieira

Exmo. Sr. Conselheiro,

O Ministério Público de Contas manifesta-se em separado.

Vitória, 09 / 01 / 2012.



**LUCIANO VIEIRA**  
PROCURADOR DE CONTAS



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**  
 2ª Procuradoria de Contas  
 Gabinete do Procurador Luciano Vieira

Proc. TC – 7649/2011  
 Fls. 53

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO-RELATOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

PPJC 8/2012  
 Processo TC-7649/2011 (apenso, autos TC-2629/2010)  
 Interessado: MATEUS VASCONCELOS  
 Assunto: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pelo Procurador abaixo subscrito, no uso de suas atribuições institucionais, com fulcro no art. 130 da Constituição Federal c/c art. 3º, II, da Lei Complementar nº. 451/2008, manifesta-se nos seguintes termos.

Trata-se de recurso de reconsideração interposto por **MATEUS VASCONCELOS**, com vistas à reforma do Parecer Prévio TC-039/2011, fls. 2295/2298, prolatado nos autos do processo TC-2629/2010, que recomendou a rejeição das contas da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, relativas ao exercício de 2009, sob a responsabilidade de **MATEUS VASCONCELOS**.

Pois bem.

Verifica-se que a peça recursal foi subscrita pelo responsável, **MATEUS VASCONCELOS**, que possui inegável interesse jurídico na reforma do *decisum*.

Não obstante, consoante se denota da manifestação da 8ª Controladoria Técnica na Instrução Técnica Recursal - ITR nº. 001/2012 (fls. 43/48), o recurso foi aviado **intempestivamente**.

Com efeito, a juntada do aviso de recebimento relativo ao termo de notificação nº. 1029/2011 ocorreu no dia 04.11.2011 (fl. 2309, TC-2629/2010), ao passo que o recurso foi protocolado nessa Corte de Contas no dia 15.12.2011.

Constata-se, portanto, a manifesta intempestividade na apresentação do instrumento recursal, nos termos dos artigos 72 e 81 da Lei Complementar nº. 32/93, requisito indispensável à admissibilidade do recurso.

Em face do exposto, o **Ministério Público de Contas**, acompanhando a conclusão da 8ª CT de fls. 43/48, opina pelo não-conhecimento do recurso.

Vitória, 9 de janeiro de 2011.

LUCIANO VIEIRA  
 PROCURADOR DE CONTAS



Secretaria do Ministério  
Público de Contas

Proc. TC 7649/11

Fls. 54

Lucia Helena De Vita Maciel

Ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Conselheiro Relator

**MARCOS MIRANDA MADUREIRA**

Em 10/01/12



**LUCIA HELENA DE VITA MACIEL**

Secretária do Ministério Público de Contas

Proc. TC 7649/2011

fls. 54

WANOKZOR ALVES AMM DE ASSIS



De: Gabinete do Conselheiro **Marcos Madureira**

Para: Secretaria-Geral das Sessões

Incluir o processo TC nº **7649/2011** na

pauta da Sessão Ordinária de **24/01/2012**

Apensos nº: 2629/2010

Em, **16/01/2012**

  
**WANOKZOR ALVES AMM DE ASSIS**  
CHEFE DE GABINETE DE CONSELHEIRO



Proc. TC 7649/11  
Fl. SS  
fc



## SECRETARIA GERAL DAS SESSÕES

Certifico que o processo TC-7649/2011 integra a pauta de julgamento da 5ª sessão ordinária de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo no dia 19 de janeiro de 2012.

Em 20/01/2012.

\_\_\_\_\_  
Secretaria Geral das Sessões

**PROCESSO TC 7649/2011**

**ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO**

**RECORRENTE: MATEUS VASCONCELOS**

Senhor Presidente

Senhores Conselheiros,

### **RELATÓRIO**

Trata-se o presente caderno processual de recurso de reconsideração interposto por Mateus Vasconcelos, Chefe do Poder Executivo Municipal de Pedro Canário, referente ao exercício financeiro de 2009, visando reformar o v. acórdão TC 39/2011, que por sua vez, recomendou ao Legislativo Municipal a **rejeição das contas** apresentadas, em virtude dos seguintes procedimentos:

**“1. Divergência na composição patrimonial da conta de bens móveis no valor de R\$ 23.400,00 – infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64;**

**2. Divergência na composição patrimonial da conta de depósitos no valor de R\$ 1.268.453,67 – infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64.”**

PROC. TC. 7649/2011  
Fl. \_\_\_\_  
*Wanderlân Alves Amor de Mello*  
Chefe de Gabinete do Conselheiro

Por preceito regimental, a 8ª Controladoria Técnica por intermédio da instrução técnica nº 01/2012, acostada às fls. 43/48, **opinou pelo não conhecimento do recurso de reconsideração ante a manifesta intempestividade**, extraindo o seguinte excerto *ipis litteris*: ***“Verifica-se que o Termo de Notificação nº 1029/2011 em nome do recorrente foi juntado em 04/11/2011 (fl. 2308 do processo TC nº 2.629/2010). Considerando que o Recurso de Reconsideração foi apresentado em 15/12/2011, tem-se o mesmo como INTEMPESTIVO.”***

De igual forma, o Ministério Público Especial de Contas, por intermédio do parecer 08/2012, da lavra do Procurador Doutor Luciano Vieira, **opinou no mesmo sentido da área técnica, pelo não conhecimento do presente recurso de reconsideração ante a manifesta intempestividade**, consoante se verifica à fl. 53.

### **V O T O**

À luz do exposto, dispensando por supérfluas tantas outras considerações, **acompanhando o entendimento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, VOTO pelo NÃO CONHECIMENTO do presente recurso de reconsideração ante a manifesta**

**intempestividade (requisito extrínseco de admissibilidade recursal)**, pelos motivos acima alinhados.

É como voto.

Vitória, 24 de janeiro de 2012.

**MARCOS MIRANDA MADUREIRA**  
**Conselheiro Relator**

PROCESSO 7649/2011

FLS. TC. 59

bdp

PARECER PRÉVIO TC-004/2012

PROCESSO - TC-7649/2011

INTERESSADO - MATEUS VASCONCELOS

ASSUNTO - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

## EMENTA

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO - NÃO CONHECER -  
INTEMPESTIVIDADE.

O EXMO. SR. CONSELHEIRO MARCOS MIRANDA MADUREIRA:

RELATÓRIO

Trata-se o presente caderno processual de recurso de reconsideração interposto por Mateus Vasconcelos, Chefe do Poder Executivo Municipal de Pedro Canário, referente ao exercício financeiro de 2009, visando reformar o v. acórdão TC 39/2011, que por sua vez, recomendou ao Legislativo Municipal a rejeição das contas apresentadas, em virtude dos seguintes procedimentos:

- “1. Divergência na composição patrimonial da conta de bens móveis no valor de R\$ 23.400,00 – infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64;
2. Divergência na composição patrimonial da conta de depósitos no valor de R\$ 1.268.453,67 – infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64.”

Por preceito regimental, a 8ª Controladoria Técnica por

PROC. TC. 7649/2011

FLS. TC. 60

bdp

PARECER PRÉVIO TC-004/2012  
rj/sj

intermédio da instrução técnica nº 01/2012, acostada às fls. 43/48, opinou pelo não conhecimento do recurso de reconsideração ante a manifesta intempestividade, extraindo o seguinte excerto *ipis litteris*: "**Verifica-se que o Termo de Notificação nº 1029/2011 em nome do recorrente foi juntado em 04/11/2011 (fl. 2308 do processo TC nº 2.629/2010). Considerando que o Recurso de Reconsideração foi apresentado em 15/12/2011, tem-se o mesmo como INTEMPESTIVO.**"

De igual forma, o Ministério Público Especial de Contas, por intermédio do parecer 08/2012, da lavra do Procurador Doutor Luciano Vieira, opinou no mesmo sentido da área técnica, pelo não conhecimento do presente recurso de reconsideração ante a manifesta intempestividade, consoante se verifica à fl. 53.

### VOTO

À luz do exposto, dispensando por supérfluas tantas outras considerações, acompanhado o entendimento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, VOTO pelo NÃO CONHECIMENTO do presente recurso de reconsideração ante a manifesta intempestividade (requisito extrínseco de admissibilidade recursal), pelos motivos acima alinhados.

É como voto.

### PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo TC-7649/2011, **RESOLVEM** os Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em

PROC. TC. 7649/2011FLS. TC. 61bdp  
PARECER PRÉVIO TC-004/2012  
rj/sj

sessão realizada no dia vinte e quatro de janeiro de dois mil e doze, à unanimidade, não conhecer do presente Recurso de Reconsideração, interposto pelo Sr. Mateus Vasconcelos, Prefeito Municipal de Pedro Canário no exercício de 2009, contra o Parecer Prévio TC-039/2011, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Marcos Miranda Madureira.

### Composição Plenária

Presentes à sessão plenária da apreciação os Srs. Conselheiros Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Presidente, Marcos Miranda Madureira, Relator, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, José Antônio Almeida Pimentel, Domingos Augusto Taufner e o Conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva. Presente, ainda, o Dr. Luciano Vieira, Procurador-Geral em exercício do Ministério Público Especial de Contas.

Sala das Sessões, 24 de janeiro de 2012.

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO  
**Presidente**

AUSÊNCIA JUSTIFICADA NA SESSÃO DE LEITURA  
CONSELHEIRO MARCOS MIRANDA MADUREIRA  
**Relator**

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

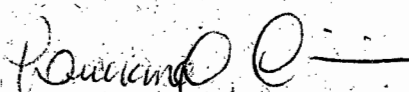
CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA PIMENTEL

PROC. TC. 7649/2011FLS. TC. 62bdpPARECER PRÉVIO TC-004/2012  
rj/sj  
CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

AUSÊNCIA JUSTIFICADA NA SESSÃO DE LEITURA

CONSELHEIRO MARCO ANTONIO DA SILVA

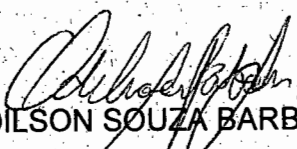
Em substituição



DR. LUCIANO VIEIRA

Procurador-Geral em exercício

Lido na sessão do dia: 06.03.2012

  
ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR  
Secretário-Geral das Sessões



PROC. TC. 7649/2011FLS. TC. 63bdp**TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 0264/2012**

**PROCESSO:** TC - 7649/2011  
**ASSUNTO:** RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO  
**PROCEDÊNCIA:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO  
**RESPONSÁVEL:** MATEUS VASCONCELOS

Fica o Sr. **Mateus Vasconcelos** ex-Prefeito Municipal de Pedro Canário, **NOTIFICADO** do Parecer Prévio TC-004/2012, prolatado no Processo TC-7649/2011, que trata de Recurso de Reconsideração.

Acompanha este Termo cópia do Parecer Prévio TC-004/2012.

Vitória, 8 de março de 2012.

  
**ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR**  
Secretário Geral das Sessões  
(Por delegação - Portaria N.º 021/2011)

Proc. 7649/2011  
Fls. 64  
bdp

## Secretaria-Geral das Sessões

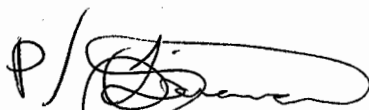
---

Ao MPEC,

Para ciência.

Em seguida, devolver os autos a esta Secretaria (Subsetor Recursos).

Em 09/03/2012.



**ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR**  
Secretário-Geral das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

# Secretaria do Ministério Público de Contas

Proc. TC 7649/11

Fls 65

*Karla Nicco de Freitas Martins*  
203.429

Ao Eminentíssimo Procurador do  
Ministério Público de Contas

Vitória, 12 de março de 2012.

*Karla Nicco de Freitas Martins*  
**KARLA NICCO DE FREITAS MARTINS**  
Secretária do Ministério Público de Contas  
Em substituição

*Cliente acordado  
p/ 55/62.  
12/3/12*

*Luciano Vieira*  
Procurador de Contas



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria do Ministério Público de Contas

Proc. 7649/2011

Fls. 66

Karla Nicco de Freitas Martins  
203.429

**À Secretaria Geral das Sessões (Subsetor Recursos).**

Após ciência, fls. 65, devolvemos os autos a essa Secretaria, para prosseguimento do feito.

Vitória, 12 de março de 2012.

  
**KARLA NICCO DE FREITAS MARTINS**

Secretária do Ministério Público de Contas  
Em Substituição

acasg

Proc. 7649/2011  
Fls. 67  
bdp

## Secretaria-Geral das Sessões

Ao NCD para proceder a **juntada** da documentação protocolizada neste Tribunal com o nº 3117 em 13/03/2012, em nome do(a) Sr<sup>(a)</sup> Matheus Vasconcelos,  
ao processo TC- 7649/2011.

Em seguida, devolver os autos a esta Secretaria (Subsetor Recursos).

Em 19/03/2012.

  
**SERGIO JOÃO FERREIRA LIEVORE**

Subsecretário-Geral das Sessões

### NÚCLEO DE CONTROLE DE DOCUMENTOS TERMO DE JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos a seguinte documentação.  
Prot. nº 3117 referente retorno  
de controle T. de Not. nº 264/12.

Da(s) fls. 68 às 69.  
Em 29/03/12  
Ass.: Jac

**Jacqueline Rodrigues Miranda**  
Mat.: 203.255

*Reenviado dia  
20/03/2012*
**TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 0264/2012**

**PROCESSO:** TC – 7649/2011  
**ASSUNTO:** RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO  
**PROCEDÊNCIA:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO  
**RESPONSÁVEL:** MATEUS VASCONCELOS

Fica o Sr. **Mateus Vasconcelos**, ex-Prefeito Municipal de Pedro Canário, **NOTIFICADO** do Parecer Prévio TC-004/2012, prolatado no Processo TC-7649/2011, que trata de Recurso de Reconsideração.

Acompanha este Termo cópia do Parecer Prévio TC-004/2012.

Vitória, 8 de março de 2012.

*Odilson Souza Barbosa Junior*  
**ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR**  
 Secretário Geral das Sessões  
 (Por delegação - Portaria N.º 021/2011)

Recebido o original em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Assinatura

**CONTRAFÉ**  
 Secretária-Geral das Sessões

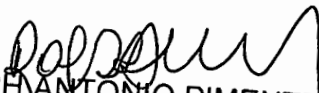
**MP**

### CERTIDÃO

Certifico, em cumprimento ao **TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 264/2012** retro, compareci ao endereço indicado a fim de NOTIFICAR o Sr. **MATEUS VASCONCELOS, ex-Prefeito Municipal de Pedro Canário**, e, não o encontrei no Complexo Penitenciário de Xuri, tendo sido informado pelo Diretor do Centro de Triagem e Regime Semi-Aberto que o mesmo foi transferido para a Penitenciária de Linhares.

Devolvo o presente à S.G.S, para os devidos fins.

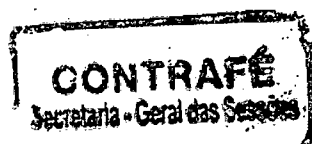
Vitória, 12 de março de 2012

  
RALPH ANTÔNIO PIMENTEL MONTEIRO  
Mat. 203.298

**TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 0264/2012**

**Sua Senhoria**  
**Mateus Vasconcelos**  
**Vila Velha - ES**

(SRV)



Encaminha-se à (ao) SES  
Recursos Conforme Fls. 67  
Em 21/03/2012

TC 2649/11  
FLS. 64  
pac



Proc. 7649/2011Fls. 70bap

## Secretaria-Geral das Sessões

Ao **NCD** para proceder a **juntada** da documentação protocolizada neste Tribunal com o nº 3898 em 23 / 03 / 2012, em nome do(a) Sr<sup>(a)</sup> Mateus Vasconcelos, ao processo TC- 7649/2011.

Em seguida, devolver os autos a esta Secretaria (Subsetor Recursos).

Em 23 / 03 / 2012.

  
SERGIO JOÃO FERREIRA LIEVORE

Subsecretário-Geral das Sessões

### NÚCLEO DE CONTROLE DE DOCUMENTOS TERMO DE JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos a seguinte documentação

T. Nd. nº 0264/12 protocolizado  
com o nº 03898 em 23/03/12 em  
nome de Mateus Vasconcelos

Da(s) fls. 81 às —

Em 26/03/12

Ass.: —

  
Vanessa Gomes Nascimento  
Mat.: 203426

SGS - Não Conhecer

TC 7649/11  
FLS. 83  
8

## TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 0264/2012

**PROCESSO:** TC - 7649/2011  
**ASSUNTO:** RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO  
**PROCEDÊNCIA:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO  
**RESPONSÁVEL:** MATEUS VASCONCELOS

Fica o Sr. **Mateus Vasconcelos**, ex-Prefeito Municipal de Pedro Canário, **NOTIFICADO** do Parecer Prévio TC-004/2012, prolatado no Processo TC-7649/2011, que trata de Recurso de Reconsideração.

Acompanha este Termo cópia do Parecer Prévio TC-004/2012.

Vitória, 8 de março de 2012.

**ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR**  
Secretário Geral das Sessões  
(Por delegação - Portaria N.º 021/2011)

**CONTRAFÉ**  
Secretaria - Geral das Sessões

**MP**

Recebi o original em 22/03/2012

Nome:

RG:

Assinatura

**CERTIDÃO**

Certifico que, em cumprimento ao **TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 264/2012** retro, **NOTIFIQUEI** o Sr. **MATEUS VASCONCELOS**, ex-Prefeito Municipal de Pedro Canário que, após lhe ter lido, lançou sua assinatura no anverso.

Devolvo o presente à S.G.S, para os devidos fins.

Vitória, 23 de março de 2012

  
ENRIQUE SCHUINA NUNES  
Mat. 016.954

Encaminha-se à (ao) SGS - Recursos  
Conforme Fls. 80  
em, 26/03/12.

Proc. 7649/2011Fls. 72bdp

## Secretaria-Geral das Sessões

---

Ao **NCD** para verificar se foi protocolizada alguma documentação em nome do(a) Sr<sup>(a)</sup> Matheus Varconcelos, referente ao Termo de Notificação nº 264/2012, do processo TC- 7649/2011.

Em seguida, devolver os autos a esta Secretaria (Subsetor Recursos).

Em 15/05/2012.



**ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR**  
Secretário-Geral das Sessões



Fl.: 73

Marcelo P. Nogueira

203121

---

**NÚCLEO DE CONTROLE DE DOCUMENTOS**

---

**À Secretaria Geral das Sessões (Subsetor Recursos)**

Em atenção à solicitação contida às fls. 72, informamos que, não consta do *Sistema de Controle de Documentos*, documentação alguma enviada pelo Senhor **MATEUS VASCONCELOS**, em alusão ao Termo de Notificação nº. 264/2012.

Vitória, 15 de Maio de 2012.



**DURVAL SENNA DA SILVA**  
Coordenador do NCD/ARQUIVO

## Secretaria-Geral das Sessões

Ao Gabinete da Relatora, Conselheira em substituição **Márcia Jaccoud Freitas**.

Para conhecimento e providências que Sua Excelência determinar quanto ao encaminhamento do Parecer Prévio TC-004/2012 à Câmara Municipal de Pedro Canário, tendo em vista informação do **NCD** de fls. 73 e o disposto no art. 129, §1º, da Resolução TC-182/2002.

*Bernardo Denicoli Pedrosa*  
**BERNARDO DENICOLI PEDROSA**  
MAT: 21389

De acordo:

**Em, 1 de junho de 2012**

*S. J. Lievore*  
**SERGIO JOÃO FERREIRA LIEVORE**  
Subsecretário-Geral das Sessões

Proc. TC 7649/2011

Fls. 75

*elc***GABINETE DE CONSELHEIRA**

PROCESSO TC: 7649/2011

ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

INTERESSADO: MATEUS VASCONCELOS

**À SGS**

Para prosseguimento do feito na forma regimental.

Vitória, 14 de junho de 2012.

**MÁRCIA JACCOUD FREITAS****CONSELHEIRA RELATORA EM SUBSTITUIÇÃO**

OFÍCIO PTC. REC. Nº 922/2012

Vitória, 13 de junho de 2012

A Sua Excelência o Senhor  
Marcos Robério Fonseca dos Santos  
Presidente da Câmara Municipal de Pedro Canário

Senhor Presidente,

Encaminhamos, nos termos do art. 129, parágrafo primeiro, da Resolução TC-182/2002, cópia do Parecer Prévio TC-004/2012, proferido no Processo TC-7649/2011, que trata de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Mateus Vasconcelos.

Após o julgamento das contas pelo Legislativo Municipal, solicitamos o encaminhamento a esta Corte, de cópia da ata da respectiva sessão deliberativa, constando o quórum qualificado previsto no artigo 78, § 1º, da Lei Complementar nº 32/93, bem como cópia do ato normativo correspondente.

Atenciosamente,

  
**ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR**  
Secretário Geral das Sessões  
(Por delegação – Portaria N nº 021/2011)

Bdp/



Proc. 7649/2011  
 Fls. 77  
bdp

## Secretaria-Geral das Sessões

Ao **NCD** para proceder a **juntada** da documentação protocolizada neste Tribunal com o nº 9253 em 02/07/2012, em nome do(a) Sr.<sup>(a)</sup> Marcos Roberto Fonseca, ao processo TC- 7649/2011.

Em seguida, que os autos sejam encaminhados a CGT para prosseguimento do feito.

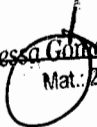
Em 02/07/2012.

  
**SERGIO JOÃO FERREIRA LIEVORE**  
 Subsecretário-Geral das Sessões

### NÚCLEO DE CONTROLE DE DOCUMENTOS TERMO DE JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos a seguinte documentação  
AR-OF. REC nº 922/12 em nome  
de Marcos Roberto Fonseca  
protocolizado com o nº 9253  
em 02/07/12

Da(s) fl(s) 78 às —  
 Em 03/07/12  
 Ass.: \_\_\_\_\_

  
 Vanessa Gomes Nascimento  
 Mat.: 203.426

Proc. TC-~~749~~  
Fls. ~~78~~

**AR** Sgs - Não Conhecer

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

<b>DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE</b>			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE <b>MARCOS ROBERIO FONSECA</b> AL. COFAS ES, CD 02-Ju.-2012 10:25 009253			
ENDEREÇO / ADRESSE <b>Câmara Municipal</b>			
CEP / 09970-000	<b>PEDRO CANARIO - ES</b>	UF	PAÍS / PAYS
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SOLICITAÇÃO DE ENTREGA) / DÉCLARATION DE CONTENU (DEMANDE D'ENTRÉE) <b>Sgs Dudu</b>		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR <i>MARCOS ROBERIO F. SAUDES</i>		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON <b>22/06/12</b>	CARIMBO DE ENTREGA PEDRO CANARIO 22 JUN 2012 ES
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR <b>F. SAUDES</b>		RUBRICA E MAT. DO EMPREENHADOR / SIGNATURE DU PROPRIÉTAIRE <b>Paulino de Jesus Pacheco</b> <b>Carteiro III</b> <b>Mat. 6.277.754-3</b>	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR <b>556.709-51</b>			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0 FC0463/16 114 x 186 mm

Encaminha-se à (ao) **CG**Conforme fls. **7**Em **03/07/12**

A 6ª CT para  
ciência e arquivamento.  
Em, 04/09/2012

M<sup>te</sup> Cristi. *Cristi Moussallem*  
M<sup>te</sup> 302 800

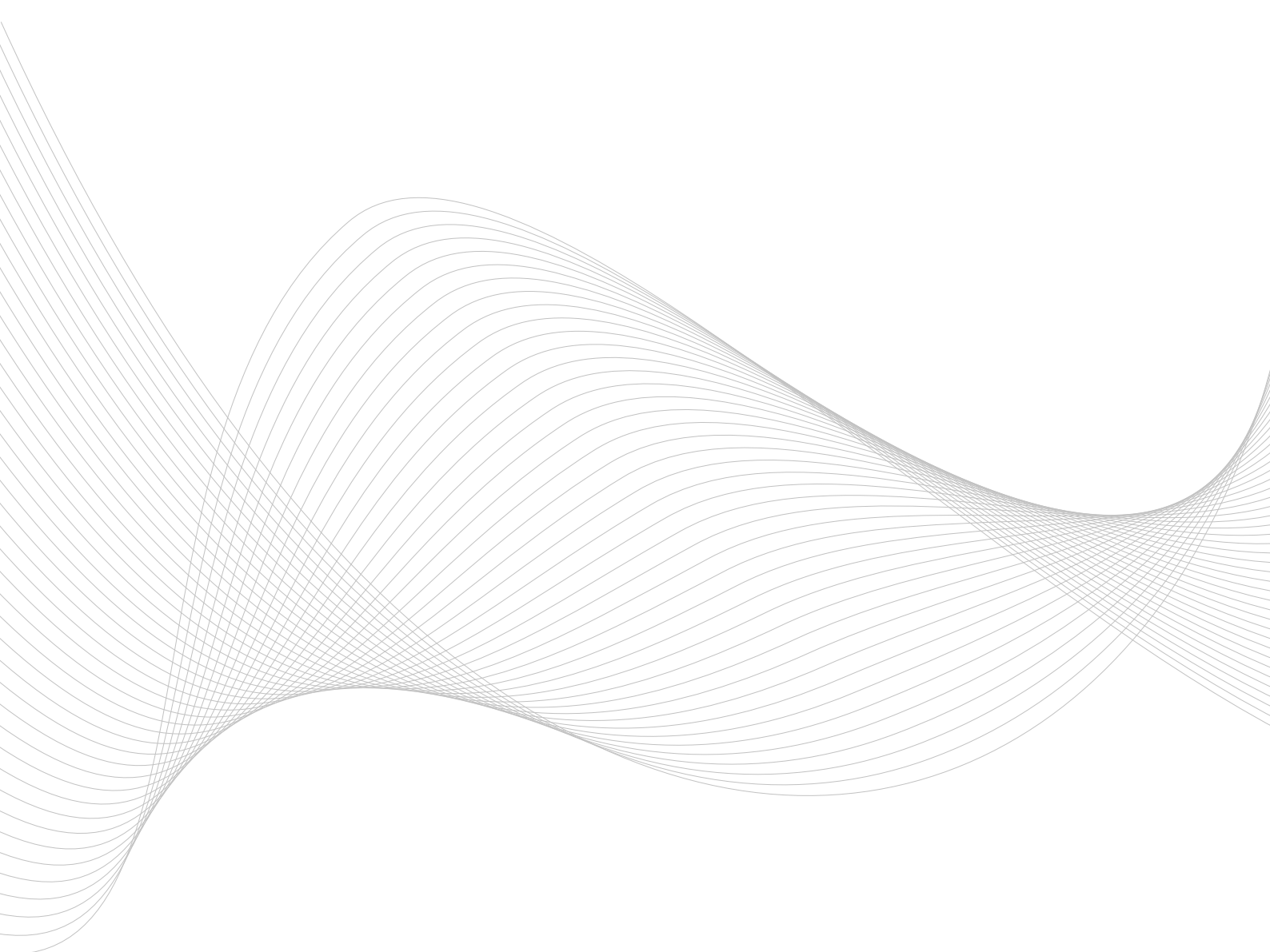
Ao CDOC.

Para arquivamento

Em, 04/09/2012

*Albino*

Chefe da 6ª Controladoria Técnica



**[www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br)**

Rua José Alexandre Buaiz, 157

Enseada do Suá - Vitória - ES

CEP: 29050-913

Tel.:(27) 3334-7600

